

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

RENAN BARATELI BORGES

O ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL AO SEGMENTO MASCULINO NO
SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

RENAN BARATELI BORGES

O ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL AO SEGMENTO MASCULINO NO
SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social sob orientação da Professora Dr^a. Maria Lúcia Barroco

SÃO PAULO

2022

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

E-mail: renanbarateli@gmail.com

RENAN BARATELI BORGES

O atendimento socio individual ao segmento masculino no Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social sob orientação da Professora Dr^a. Maria Lucia Rodrigues

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Maria Lúcia Barroco

Professora Dr^a Bruna Cristina Neves Carnelossi

Professora Dr^a Natalia Maria Felix de Souza

A todas as pessoas que, de alguma forma, este trabalho possa despertar reflexões importantes sobre a temática, sobre o seu lugar na existência e sua partilha nessa jornada (in) finita.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código
88887.498999/2020-00**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas pessoas que cruzaram meus caminhos e contribuíram para a construção deste trabalho. Em especial aquelas que constituí vínculos afetivos e familiares, aos colegas de trabalho e suas diversas formações técnicas, às pessoas que tive o privilégio de aprender sobre o real da vida nos atendimentos socio individuais prestados, aos meus educadores (destaque a Maria Lúcia Rodrigues pela paciência), e toda bagagem intelectual adquirida nessas últimas três décadas.

Resumo

BORGES, Renan Barateli. **O atendimento socio individual ao segmento masculino em Serviço Social**. 2022. P. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, 2022.

A presente dissertação tem como objetivo o estudo da prática profissional do assistente social, frente os desafios e demandas apresentadas pelo segmento masculino no cotidiano de sua intervenção. O objetivo central é analisar e compreender quais as demandas, materiais e subjetivas, apresentadas pelo segmento masculino ao serviço social. Nesse sentido, analisamos a prática profissional nos serviços tipificados da política social de assistência social e política de saúde no município de Campinas/SP. Do ponto de vista teórico, provocamos reflexões importantes sobre as categorias de gênero, raça e classe, como dispositivos estruturantes na constituição da desigualdade social no Brasil. A partir do diálogo com Michel Foucault, Bell Hooks e Judith Butler, compreendemos o lugar socialmente construído, definido e ocupado por este sujeito masculino no ocidente. Pelos estudos de Sandra Eloiza Paulino e Maria Lucia Rodrigues, observamos os desafios da prática do assistente social no seu cotidiano a partir de uma abordagem socio individual. Os procedimentos metodológicos foram fundados por estudo qualitativo, estruturados por análise reflexiva do material bibliográfico levantado, e correlacionado com a prática profissional. Coletamos este material por meio de cinco entrevistas individuais com assistentes sociais. Os principais resultados apontam uma carência na formação profissional acerca da abordagem socio individual, bem como desafios técnico-operativos e metodológicos no que tange as necessidades subjetivas. Expressa-se preocupações significativas na construção da prática profissional na contemporaneidade, pois esta vem exercendo uma leitura racista, heterossexista e classista a partir de uma outra roupagem e performance, mesmo com avanços teóricos provocados pela imersão ao método marxista, quando desconsidera reflexões importantes sobre a complexidade da vida social e humana.

Palavras-Chaves: Atendimento Socio Individual; Segmento Masculino; Serviço Social.

Abstract

BORGES, Renan Barateli. **Individual social assistance to the male segment in Social Work**. 2022. P. Dissertation (Master's in Social Work). – Pontifical Catholic University of São Paulo – Postgraduate Studies Program in Social Work. Sao Paulo, 2022.

The present dissertation aims to study the professional practice of social workers, facing the challenges and demands presented by the male segment in their daily intervention. The main objective here is to analyze and comprehend which demands, material and subjective, presented by the male segment to the social service. In this way, we have analyzed the professional practice in services typified by the social policy of social assistance and health policy in the city of Campinas/SP. From a theoretical point of view, we have provoked important reflections on the categories of gender, race and class, as structuring devices in the constitution of social inequality in Brazil. From the dialogue with Michel Foucault, Bell Hooks and Judith Butler, we comprehend the socially constructed place, defined and occupied by this male subject in the West. Through the studies of Sandra Eloiza Paulino and Maria Lucia Rodrigues, we observe the challenges of the practice of social workers in their daily lives from a socio-individual approach. The methodological procedures were based on a qualitative study, structured by reflective analysis of the bibliographic material collected, and correlated with professional practice. We collected this material through five individual interviews with social workers. The main results point to a lack of professional training regarding the socio-individual approach, as well as technical-operative and methodological challenges regarding subjective needs. Significant concerns are expressed in the construction of professional practice in contemporary times, as it has been exercising a racist, heterosexist and classist reading from a different guise and performance, even with theoretical advances provoked by the immersion in the Marxist method, when it disregards important reflections on the complexity of social and human life.

Keywords: Individual Social Assistance; Male Segment; Social Work.

Lista de Quadros

Quadro	Identificação	Página
Quadro I	Dissertação em Serviço Social (Masculinidade e Serviço Social)	15
Quadro II	Dissertações e Teses em Serviço Social (Segmento Masculino e Serviço Social)	16
Quadro III	Dissertações e Teses em Serviço Social (Homem/Homens e Serviço Social)	17
Quadro IV	Tese em Serviço Social (Atendimento Sócio individual e Serviço Social)	18
Quadro V	Hierarquia de Corpos no Brasil	34
Quadro VI	Características dos sujeitos da pesquisa	53-54
Quadro VII	Características institucionais dos sujeitos da pesquisa	54

Lista de Abreviaturas ou Siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Humana

BH – Belo Horizonte

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBASS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCI – Centro de Convivência do Idoso

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CF – Conferir obra/autor.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFM – Conselho Federal de Medicina

COVID-19 – Coronavírus

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DOAS – Distrito Operacional de Assistência Social

Fobia – medo exagerado, falta de tolerância, aversão (Dicionário Aurélio)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais +

HIV – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HS – História da Sexualidade

NOT – Núcleo de Orientação de Trabalho

p. – Página

PCD – Pessoa com Deficiência

PS – Pronto Socorro

PTS – Projeto Terapêutico Singular

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RIO – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RG – Cédula de Identidade

RS – Rio Grande do Sul

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SESF – Serviço Especializado de Proteção Social a Família

SPA – Substâncias Psicoativas

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SP – São Paulo

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1. Introdução.....	14
2. CAPÍTULO I – SEGMENTO MASCULINO: CONTEXTO E PROVOCAÇÕES	24
3. CAPÍTULO II – ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL EM SERVIÇO SOCIAL	38
3.1 SERVIÇO SOCIAL E SUA HISTORICIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES.	38
3.2 O ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL EM SERVIÇO SOCIAL	46
4. Cap. III – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	51
4.1 TRABALHANDO OS DADOS COLETADOS	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

1. Introdução

O presente trabalho versa sobre *O atendimento socio individual dirigido ao segmento masculino em Serviço Social*. Para esta construção realizamos inicialmente um estudo bibliográfico acerca da temática proposta, procurando obter informações e dados para fundamentação teórico-metodológica de conhecimentos sobre o tema.

O segmento masculino é uma construção social histórica, que merece atenção de diversas áreas do conhecimento, principalmente do Serviço Social. Discutir este tema pareceu ousado e promissor, no que tange as produções científicas atuais.

O atendimento socio individual, perspectiva de análise da prática que priorizamos nesta pesquisa, converte-se em um dos eixos teórico-prático sobre o qual analisamos e compreendemos o contexto em que move o segmento masculino a procurar o Serviço Social e quais expectativas demandam seu atendimento; especialmente, considerando a crise social e econômica em tempos de desmonte de políticas públicas, dos significativos retrocessos no âmbito sanitário, de trabalho, de acesso a direitos, entre outros.

Escolhe-se como ponto de partida e aproximação da temática neste exercício investigativo, a prática profissional do pesquisador. Operando na interface das políticas públicas no município de Campinas/SP desde 2012, percebeu-se a importância da reflexão e análise da prática profissional direcionada ao segmento masculino no Serviço Social. Seja ela pelo pouco acesso dos sujeitos masculinos ao atendimento prestado, ou pela procura do sujeito feminino (em maior escala) para as demandas do Serviço Social. As perguntas que surgiram no processo foram: Por que os homens solicitam, em menor escala, os atendimentos do serviço social? Qual representatividade, no campo simbólico, o masculino possui na profissão? Quais são as necessidades materiais e subjetivas do segmento masculino, já que ela não tem se evidenciado nas intervenções profissionais?

Ao transitar pelas políticas públicas de Assistência Social e Cultura, esbarrar constantemente no fenômeno da violência doméstica, e trabalhar com planos de atendimento integral às famílias em condição de vulnerabilidade social e demais fatores que incidem sobre a condição humana dessa população,

observou-se que muitos dos planos de trabalho, mesmo direcionados ao atendimento integral a todos os membros familiares, o “homem” acabava ausente dos processos de acompanhamento e responsabilidades no que tange o acesso ao sistema de garantia de direitos.

A partir disto, procurou-se examinar sobre a temática no catálogo de teses e dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o qual foi possível observar números significativos no campo da produção científica deste eixo.

Ao pesquisarmos especificamente com a palavra chave **masculinidade e serviço social**, nos parâmetros que esta pesquisa se estrutura, encontramos uma dissertação de mestrado, no ano de 2017 na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (essa mesma dissertação aparece em outra pesquisa, como sinalizado mais a adiante). Limitamos nossa buscas do ano de 2013 a 2021 (sugerido pela plataforma), entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, com ênfase em serviço social. É importante ressaltar que na busca por **Masculinidade**, encontramos 1061 produções em diversas áreas do conhecimento (753 de mestrado e 269 de doutorado), de 1989 a 2021.

Quadro I – Dissertação em Serviço Social (Masculinidade e Serviço Social)

Autor/Autora	Título	Nível	Ano	Local
Maria Helena de Medeiros Leite	Reeducar para não reincidir: análise da experiência de grupos reflexivos com homens autores de violência no juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher de Mossoró-RN.	Mestrado	2017	UERN -RN

Ao investigarmos na plataforma com a palavra chave **segmento masculino e serviço social**, o resultado foi diferente. Foi necessário filtrar os resultados (463), para identificar se essas produções contemplavam as discussões que nosso trabalho provoca. Com isso, através de uma filtragem mais aprofundada, foi possível reconhecer 11 produções do ano de 1990 a 2021 (sugerido pela plataforma), entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, com ênfase em serviço social que apreciavam nossas necessidades.

Quadro II – Dissertações e Teses em Serviço Social (Segmento Masculino e Serviço Social)

Autor/Autora	Título	Nível	Ano	Local
Rosemeire Scatena	Não me sinto velho... Experiências do gênero masculino na velhice	Mestrado	2001	PUC - SP
Izanusys da Costa Gama	A meia-idade masculina em questão: saúde, trabalho e aposentadoria	Mestrado	2002	PUC - Rio
Lúcia Helena Costa de Góis	Afinal, quem é o chefe? (Re)discutindo o conceito de chefia familiar/ domiciliar sob a perspectiva dos arranjos domésticos da cidade de Mossoró	Mestrado	2003	UFPB
Cléria Maria Lobo Bittar Pucci Bueno	"Aves raras" na profissão: a presença masculina na Psicologia e no Serviço Social	Doutorado	2004	UNESP
Ciberen Quadros Ouriques	Do Menino ao Jovem Adulto de Rua Portador de HIV/AIDS: um estudo acerca de sua condição e modo de vida	Mestrado	2005	PUC - RS
Sandra Saleti Batista	O adoecimento masculino: um sofrimento social silenciado	Mestrado	2005	PUC - SP
Alan de Loiola Alves	Garotos sem programa: estudo sobre exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino na cidade do Rio de Janeiro	Mestrado	2009	PUC - Rio
Liana Dias Martins da Rocha	Saúde Sexual e Reprodutiva: o que dizem os adolescentes do sexo masculino do Projeto Papo Cabeça?	Mestrado	2012	PUC - Rio
Ana Paula Tatajiba Barbosa	Há guardas nas fronteiras: discursos e relações de poder na resistência ao trabalho masculino na educação da infância (Rio de Janeiro, 2009-2012)	Doutorado	2013	PUC - Rio
Flavia Moreira Ferreira	Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciada por jovens do sexo masculino egressos do Projeto Vira Vida- CE	Mestrado	2017	UFC
Renata Rocha Anjos Garcia	Assistência social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise do atendimento através do centro de referência da assistência social	Mestrado	2018	UNESP

Na terceira tentativa de análise do banco de dados, buscamos pela palavra-chave **Homem/Homens e Serviço Social**, onde foi possível encontrar 7 produções científicas do ano de 2013 a 2022 (sugerido pela plataforma), entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, também com ênfase em Serviço Social, que esboça pesquisas mais próximas do nosso sujeito de pesquisa.

Quadro III – Dissertações e Teses em Serviço Social (Homem/Homens e Serviço Social)

Autor/Autora	Título	Nível	Data	Local
Victalina Maria Pereira di Gianni	O idoso – homem e o seu envelhecer	Doutorado	2001	UNESP
Fabício da Silva Campanucci	O lugar oculto dos homens na atenção primária à saúde: um estudo sobre as principais barreiras de acesso aos serviços ofertados pelas unidades básicas de saúde em Londrina	Mestrado	2013	UEL
Fabiana Aparecida de Carvalho	Homem não chora: o abuso sexual contra meninos	Doutorado	2015	PUC - SP
Maria Helena de Medeiros Leite	Reeducar para não reincidir: análise da experiência de grupos reflexivos com homens autores de violência no juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher de Mossoró-RN	Mestrado	2017	UFRN
Erika Karla da Silva Vieira Alves	Relações patriarcais de gênero e seus impactos na saúde de homens ante a epidemia de hiv/aids no Rio Grande do Norte: o caso do Hospital Dra. Giselda	Mestrado	2018	UFRN
João Carlos Ferreira	Construção social da paternidade participativa: (Des)naturalização do lugar do homem e da mulher na reprodução das relações sociais	Mestrado	2018	UNIFESP
Carla da Silva	Do “monstro” ao homem: motivos de violências contra a mulher	Doutorado	2020	PUC - SP

Referente ao atendimento socio individual, pesquisamos sobre o termo na Plataforma e fomos contemplados com apenas uma produção científica (tese de Doutorado).

Quadro IV – Tese em Serviço Social (Atendimento Sócio individual e Serviço Social)

Autor/Autora	Título	Nível	Ano	Local
Sandra Eloiza Paulino	De caso a sujeito: desafios da prática do assistente social no atendimento sócio-individual - contribuições metodológicas	Doutorado	2011	PUC - SP

Em contrapartida, ao procurarmos por atendimento social, obtivemos um resultado de 9.734 produções, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, exprimindo nosso filtro exclusivamente para a área de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas, em ênfase em Serviço Social. Nenhuma destas com foco no atendimento socio individual ao segmento masculino na perspectiva aqui apresentada.

A partir disso, nossas dúvidas foram ampliadas e nosso objeto de estudos tomando corpo, considerando que existe uma escassez da produção científica na compreensão da categoria segmento masculino, atrelada ao atendimento socio individual ofertado pelo assistente social.

Questões como: quais as percepções que as/os assistentes sociais possuem sobre o segmento masculino, enquanto categoria sócio histórica? Quais são as necessidades materiais e subjetivas do segmento masculino que se apresentam ao Serviço Social? Como é realizado o trabalho do/a assistente social, em seu cotidiano, no atendimento as necessidades materiais e subjetivas do segmento masculino?

É importante frisar que, neste trabalho, optamos pela nomenclatura de segmento masculino por esta ser mais inclusiva a todas as ramificações e complexidades que o termo invoca. Aqui contemplaremos as expressões *masculinidade*, *masculino* e *homens*, entendendo que essas implicam o seu lugar nas relações sociais a partir de um movimento histórico e dialético. A expressão simbólica do segmento masculino é construída pela e na história (no caso, no Ocidente), e implica um aprofundamento e reflexões sobre o racismo,

LGBTQIA+ fobia, o sexismo e o próprio machismo. Bases estas que estruturam a desigualdade social no Brasil e em outros países do Ocidente e de Mãe África.

O Segmento Masculino é uma construção social histórica este espaço simbólico construído ao longo da história ocidental, tem sentido estruturante para modelar e indicar atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidas.

Através de nossos estudos, identificamos que desde o Século XIX existe uma construção da figura clínica masculina por meio do discurso *mente são, num corpo são*, por exemplo, que implica na determinação exclusiva de um tipo de corpo e comportamento de *homem*, que provoca um ataque às diversidades desse padrão socialmente construído, como corpos negros, gays, de mulheres e travestis, por exemplo.

Sem pretender polarizar os segmentos *Masculino* e *Feminino*, mas com o propósito de compreender o lugar construído em que se encontram atualmente na história, é importante categorizar o *segmento Gênero* às disposições morais socialmente atribuídas em contextos culturais específicos, não redutíveis à base biológica definida pelo sexo, mas sim enquanto processo peculiar social e histórico.

Michel Foucault, em 1976, no seu livro *História da Sexualidade I*, analisa os discursos sobre a sexualidade no Ocidente que constituíram a heterossexualidade como padrão de normalidade. O autor propõe discussão a cerca dos discursos da ciência médica no ocidente, o qual enfatizam a função reprodutiva do sexo e a concepção binária do gênero. Para ele, na cultura ocidental, o conhecimento científico constitui um saber médico que classifica as espécies de práticas sexuais. Na Ciência Médica, a normalidade da sexualidade se baseia na concepção binária heterossexual e reprodutiva. Portanto, o gênero é definido a partir das categorizações macho e fêmea. Pessoas que não se adequam aos seus corpos e desejam mudar o seu gênero possuem transtornos mentais e/ou patológicas para o saber médico. É por meio da epistemologia do autor que categorizamos o conceito de gênero.

Em nossas pesquisas bibliográficas, identificamos que se antes a preocupação dominante das produções científicas e políticas consistiam em denunciar as discriminações e violências sofridas por mulheres e a população LGBTQIA+, hoje existem autores e estudiosos que acreditam que as diferenças entre os gêneros estão desaparecendo. Há estudiosos que ainda compreendem

esse fenômeno como *crise e transformação da masculinidade*, uma vez que as conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, tem provocado uma nova roupagem nas expressões de gênero na pós-modernidade.

Nesta perspectiva, a problematização do segmento gênero, *coloca em xeque* sua própria existência e manutenção, tornando a discussão cada vez mais complexa no campo das relações e das tendências.

É importante destacar o desafio no acompanhamento do processo dessas mudanças simbólicas no campo das expressões e manifestações do segmento masculino. Essa construção de novos horizontes no que tange a vida material e subjetiva destes sujeitos, sinaliza conteúdos de análise para diversas áreas do conhecimento, principalmente para o Serviço Social que mantém interface direta com as manifestações da condição humana, e por isso se fez necessário construir nosso trabalho a partir dessas reflexões.

Atrair esses processos de mutação a prática profissional tem sido um desafio para os profissionais que atuam diretamente com essa população.

A prática profissional da/o assistente social enfrenta inúmeros desafios no exercício profissional desde o seu surgimento. Segundo Iamamoto (2019),

O Serviço Social é apreendido como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrito na divisão social e técnica do trabalho. O “significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996). O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais. Ele participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (Iamamoto e Carvalho, 1982). Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade —, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade (p.451).

A atuação do Serviço Social compreende-se na relação que se estabelece entre as classes sociais (dominante e dominada) e compete a/ao assistente

social, intervir no contexto social com as populações mais vulneráveis fruto dos desdobramentos da questão social e da exploração da lógica do capital, que produz e reproduz o aprofundamento das desigualdades sociais.

O contexto da prática profissional demonstra uma dinâmica peculiar nas intervenções sociais, ou seja, revela-se como a interposição consciente que se efetiva na realidade social e que expressa os modos de interferir, de agir e que denominamos por intervenção.

É a intervenção profissional que dá forma, caracteriza e determina o modo do fazer profissional. Além de exigir conhecimentos e a tomada de decisões para a ação, a intervenção determina originalidade na forma de abordar problemas específicos da realidade social” (Cf. RODRIGUES, 2003, p. 15).

E mais,

Permite apreender as ações parciais, os instrumentos e as habilidades necessárias, ao mesmo tempo em que torna visível as múltiplas dimensões do processo de conhecimento acumulado (geral, específico, experimentado) no trato imediato de situações da prática e das respostas imediatas que elas exigem (RODRIGES, 2003, p.15-16).

Para o Serviço Social, a prestação de serviços (prática, intervenção) realizada pelos/as assistentes sociais, geralmente no campo das políticas públicas, se inicia através do atendimento socio individual, concepção ressignificada por Paulino (2016) em capítulo de livro organizado por Rodrigues (2016), intitulado *Serviço Social e o atendimento socio individual*. A autora possibilita importante reflexão sobre a prática profissional, apoiada na concepção de *dinâmica da ação no cotidiano* de Rodrigues (2003), qual seja,

[...] o movimento de construção e desconstrução provocado pelo enfrentamento da realidade social; refere-se ao modo de produzir o fazer profissional e as implicações dele decorrentes. Diz respeito à ambiência, à correlação de forças que engendra o confronto de situações limites mais gerais (conjunturais) e de situações limites correlatas às dimensões microsociais, quando em atividade direta com os usuários dos serviços. A *dinâmica* expõe os conflitos, os movimentos de negação identificados pelo controle, pelas imposições e pelo autoritarismo; expõe as

alternativas, os encaminhamentos; expressa os modos de pensar e agir profissionais, revelando assim, as *metodologias de ação* em que se desdobram o exercício da prática e o *fazer* profissional (p. 17).

Para Paulino (2016) a palavra *atendimento* adquire um sentido mais amplo; compreendida no contexto da ação profissional pressupõe

[...] uma escuta qualificada, visão crítica da realidade, diretriz ética e política, habilidades na execução de suas técnicas, noções sobre homem, mulher e mundo, reconhecimento dos aspectos sociais, subjetivos que estão presentes nas relações estabelecidas entre os sujeitos (Paulino, 2016, p. 20).

E ainda,

[...] atribui-se a contextos diferenciados da realidade social, demandados pelos desdobramentos da questão social. Esse atendimento tem variações conforme as demandas sociais com os quais o profissional se defronta, considerando como centro de sua ação o sujeito em sua realidade de vida e em sua totalidade (Paulino, 2016, p. 20).

Dessa forma, entendemos o atendimento socio individual em Serviço Social como

[...] a atuação técnico-humana e profissional estabelecida entre a/o assistente social e o sujeito, com o propósito de atender/acolher/orientar o indivíduo/sujeito/usuário tomando em consideração sua singularidade e particularidade (dimensão microsocial), sem perder a dimensão sócio histórica da constituição desse sujeito (humano, genérico) e a conjuntura social em que ele vive (dimensão macrosocial). (Paulino, 2016, p. 20)

O atendimento socio individual invoca uma análise aprofundada da dinâmica da vida social, assim como exige sensibilidade sobre as contradições que a permeia. É necessário considerar a construção histórica do sujeito, os seus sentimentos e emoções que, de forma alguma, devem ser negados ou negligenciados, pois fazem parte da construção da identidade humana e da vida social.

Assim, “[...] pressupõe a compreensão do ser humano como indivisível, e considera que os aspectos emocionais fazem parte da constituição do sujeito tanto quanto da construção do tecido social” (Paulino, 2016, p. 24).

Se de um lado observamos que as concepções do segmento masculino vem sofrendo modificações em seu processo histórico, em decorrência da luta de movimentos sociais que confrontam seu lugar de privilégio, ocasionando mudanças na vida social, de outro, integramos uma categoria profissional que precisa se inteirar desses processos sócio históricos, compreender as diferentes dinâmicas no corpo das relações sociais e humanas e se instrumentalizar para trabalhar com os novos paradigmas no que tange a constituição das discussões de gênero. E é partir desse esboço que desenhamos a dissertação.

No capítulo I é apresentada discussão aprofundada sobre a categoria gênero, com ênfase nas expressões do segmento masculino. É trabalhado reflexões importantes sobre a construção social do sujeito masculino, as reflexões que permeiam a interseccionalidade sobre raça, orientação afetivo sexual e o sexismo. Autores como Michel Foucault, Judith Butler e Bell Hooks, nos auxiliam nesse processo.

O capítulo II apresenta de forma sucinta a história do serviço social, seu processo histórico e desafios, e o percurso teórico e metodológico que define a categoria atendimento socio individual, a partir da sua era clássica e pré-congresso da virada, fundada principalmente no serviço social de casos, grupos e comunidade. A partir do dessas reflexões, indica-se proposta metodológica, técnico-interventiva no contexto atual pelas diversas manifestações das performances de gênero constituídas no ocidente na pós-modernidade. Utilizamos as autoras Maria Lúcia Rodrigues e Sandra Eloiza Paulino para fundamentar nossas discussões.

O terceiro capítulo trás luz a pesquisa. Nele consta o percurso metodológico, a estrutura das entrevistas, os dados coletados e suas análises. Optamos por uma análise crítica e reflexiva, correlacionando os dispositivos teóricos com os dados coletados.

E por fim, nossas considerações finais, que apresenta mais dúvidas do que afirmações. Aqui, apenas sinalizamos sugestões reflexivas para futuras produções científicas sobre a temática.

2. CAPÍTULO I – SEGMENTO MASCULINO: CONTEXTO E PROVOCAÇÕES

Produzir este capítulo, foi de longe, o mais desafiador. Com tantas correntes teóricas clássicas e modernas a trabalhar esta temática, difícil refletir e contextualizar as diferenças culturais, relacionais, sociais e políticas que explicam a realidade contemporânea sobre o significado de *ser masculino* no mundo presente.

A princípio pensamos traçar um percurso que explicasse as expressões da masculinidade na contemporaneidade, a partir do que chamaríamos de “crise de masculinidade”. Esta que corresponde a comportamentos masculinos em sofrimento psíquico, causados pelos avanços das conquistas das lutas feministas e da comunidade LGBTQIA+ e que, consequentemente, retira privilégios exercidos pelos homens.

Posteriormente, pensamos em problematizar o universo da masculinidade e seus entraves com o processo de androgenização das categorias de gênero, muito fundamentadas na Teoria Queer e nos avanços desta discussão. Esta teoria por sinal, provoca a extinção do binarismo de gênero (feminino e masculino), e induz uma nova ordem de relacionamento com o corpo, com a história sobre masculinidade, vestimentas, desejos, que ultrapassam quaisquer limites das identidades de gênero propostas no ocidente moderno.

Para construir uma linha de abordagem teórica sobre o tema é necessário também considerar nosso colonialismo, o racismo, o movimento LGBTQIA+fobia e o próprio machismo instaurado na constituição das categorias de gênero em nosso país.

Masculinidades, homens, masculino, sujeitos masculinos, são expressões que utilizaremos ao longo deste trabalho, pois entendemos que todas elas carregam em sua história um lugar socialmente construído. Quando nos referirmos as expressões dessa masculinidade, estaremos invocando a expressão *segmento masculino* que consideramos mais inclusiva pela diversidade que essas expressões podem apresentar.

Contextualizar a masculinidade, o homem, o masculino, os sujeitos masculinos, não deixa de ser um trabalho árduo e complexo. Muitas vezes colocamos estes sujeitos no mesmo lugar - o opressor - conforme o ângulo de estudo. Refletir as masculinidades significa compreender que suas expressões

ocupam lugar de privilégio em uma sociedade construída aos moldes patriarcais. Entretanto, este segmento masculino tem suas particularidades, singularidades e interseccionalidades.

O homem branco burguês heterossexual é completamente diferente do homem negro trabalhador homossexual, e colocá-los no mesmo “patamar” de opressores não será nosso intento.

Inevitavelmente abordaremos a questão da construção do masculino de forma binária e eurocêntrica, uma vez que a nossa sociedade é construída dessa forma; mas vamos trabalhar com a quebra desse binarismo a partir das reflexões propostas pelas teorias que nos guiará neste percurso.

As categorias raça e homossexualidade são categorias construídas pela supremacia branca, detentora de poder dos meios de produção capitalista.

O processo de raça foi construído para que brancos pudessem exercer um dispositivo insano de superioridade sobre outros corpos não brancos; do mesmo modo a homossexualidade foi criada para que heterossexuais pudessem manter a ordem social burguesa em nome de uma prole e de um exército de reserva.

A construção dos espaços de controle e de poder para estes corpos, são em suma, prioridade no processo de exploração capitalista no Brasil. É necessário oprimir, escravizar, castrar e retaliar corpos que diferem da ordem social burguesa, que é branca e heterossexual. Você pode até questionar a homossexualidade presente em famílias burguesas, entretanto, é inevitável que estes acomunem casamentos fictícios (heterossexuais) em nome da garantia de privilégios e da acumulação de bens materiais. O gay burguês é silenciado e castrado em prol da empresa familiar; ele precisará burlar contratos e levar uma vida às escuras, em segredo, uma vida dupla, tripla e até mais para satisfazer desejos da ordem da sua individualidade.

Sendo assim, o nosso primeiro destaque para contextualizar o universo da masculinidade será a categoria ‘corpo’, este que tem uma cor, uma orientação afetiva sexual e uma carteira de trabalho que sinaliza o seu lugar em uma sociedade de classes, regida por poderes e valores inclusive religiosos rígidos.

Michel Foucault em 1975/1976, escrevia respectivamente “Vigiar e Punir” e a “História da Sexualidade”, momento em que contextualiza historicamente esse lugar do corpo submetido coercitivamente aos domínios da punição, do

controle, do poder e da produção no ocidente, especialmente como necessidade para repressão da delinquência e da criminalidade¹. Este corpo, orientado pelo sexo (masculino e feminino), foi controlado e castrado pelo que denomina de tecnologia da aliança. Esse dispositivo, regido por uma ordem religiosa cristã, influencia diversos dispositivos sociais como os órgãos jurídicos, as instituições educacionais, as disciplinas da medicina, pedagogia e direito, para controlar e moldar comportamentos sociais através da tecnologia sobre o corpo. O corpo masculino foi construído pela medicina como um corpo viril, e o da mulher frágil e sensível. As escolas ensinam como meninos e meninas devem se relacionar na interação social. E o sistema jurídico avalia, controla e pune aqueles que se atrevem ultrapassar a ordem do que estabelecem como “normalidade”.

Toda essa lógica tem relação com os poderes exercidos por quem garante essa tecnologia: homens brancos heterossexuais burgueses. Foucault (1975 e 1976) não declara abertamente os detentores do poder, mas indica a todo tempo, as instituições a que se vinculam, como agem e de que forma agem nessa perspectiva.

A categoria sexualidade, para o autor, supera a ordem biológica do sexo. Ele não a exclui de suas análises, mas provoca uma reflexão de sexo a partir das relações sociais construídas nas categorias de gênero. Como por exemplo, a mulher histérica, louca e frágil aos olhos da medicina e a *mente sã, corpo são* de homens viris, fortes e poderosos.

Outro ponto importante que merece destaque na obra do autor refere-se a tecnologia da sexualidade. Ao mesmo tempo, o autor destaca em sua obra, um saber sobre os corpos que ultrapassa os trajés de controle impostos pelos dispositivos institucionais e de poder. A sexualidade humana deve (ao menos deveria) exercer sua liberdade erótica, subjetiva e concreta, a partir do que denomina por *cuidado de si*². Foucault (2004), na obra “A Hermenêutica do

¹ “Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, M. *Vigiar e Punir*, p.117).

² “Cuidado de si” remete à expressão grega *epiméleia heautoû* e à sua tradução latina *cura sui*. Ao longo da história da filosofia a noção será diversamente modalizada, dando lugar a uma “série de fórmulas” de que Foucault estabelece um sucinto inventário: “ocupar-se consigo mesmo”, “ter cuidados consigo”, “retirar-se em si mesmo”, “recolher-se em si”, “sentir prazer em si mesmo”, “buscar deleite somente em si”. “permanecer em companhia de si mesmo”, “ser amigo de si mesmo”, “estar em si como numa fortaleza”, “cuidar-se”, “prestar culto a si mesmo”, “respeitar-se”, etc. (Muchail, 2021, p.44)

Sujeito”, desenvolve um profundo estudo sobre o *cuidado* fundado no conhecimento, na ética de Sócrates e Platão, nas relações de poder estruturadas em nossa sociedade, na imersão sobre a subjetividade humana e na quebra da tecnologia de aliança, aqui fundamentada pela ideologia religiosa cristã, no patriarcado, no racismo e na LGBTQIA+fobia. Exercer a liberdade sexual significa exercer uma existência sem amarras e sem castrações.

Em recente publicação, Salma Tannus Muchail (2021) dedica um capítulo de seu livro (Foucault, mestre do cuidado), a desenvolver o surgimento da noção sobre “cuidado”, quando afirma:

Como se sabe, não é o “cuidado”, mas o “conhecimento de si” (*gnôthi seautón*) que adquiriu importância na tradição historiográfica da filosofia. Uma das inscrições do templo délfico, conselho de conduta ao consulente do oráculo, o “conhece-te a ti mesmo” passa, por assim dizer, de preceito a conceito, quando, na figura de Sócrates, é integrado por Platão à filosofia³. Mas o que Foucault realça em suas análises é que esta incorporação filosófica do “conhecimento de si” é concomitante à inclusão do “cuidado”. (p.45)

Portanto, esse *cuidado* está vinculado a uma ética da construção do próprio sujeito, um conhecimento que o sujeito precisa ter a respeito de si mesmo, aos saberes que reúne, dos modos de pensar e de ser como sujeito responsável.

Uma autora que segue a linha de raciocínio de Foucault e que trabalha a categoria gênero pela perspectiva da não binaridade é Judith Butler (1990); é norte americana, filósofa por formação, e assim como outras feministas, identifica os estudos de Foucault como promissores no que tange aos estudos das categorias de gênero; entretanto, ressalva a importância de um olhar mais aprofundado para o gênero e não apenas para as estruturas de poder. Para a autora, Foucault centraliza suas discussões a partir de uma interação dos espaços institucionais que exercem o poder, e com isso, Butler opta por mergulhar na compreensão do espaço identitário do interior dessas estruturas.

Defende em seus estudos a centralidade da discussão do desejo e das relações sexuais, não como base de solidariedade política, mas que a tecnologia

³ Cf. HS, particularmente, as análises de Foucault sobre os Diálogos *Apologia* e *Alcibíades*.

da sexualidade é produzida discursivamente, possuindo um efeito performativo do sujeito como uma identidade natural. A autora não é favorável, como dito anteriormente, na construção política de gênero na binaridade entre homem e mulher, pois estas estruturas normativas provocam exclusão, fragmentação, dualidades e confronto nas relações sociais.

O gênero não é uma extensão conceitual ou cultural do sexo biológico, mas uma prática discursiva em andamento e aplicada na história. Atualmente é construído em torno do conceito de heterossexualidade como norma natural das relações humanas e sociais. Sendo assim, o conceito de heterossexualidade se instala na sociedade por meio de tabus criados contra a homossexualidade, o que resulta em uma falsa coerência e ligação de gêneros ao sexo biológico.

A autora afirma ainda que o corpo não é naturalmente sexuado, porém a partir dos processos culturais e sociais, torna-se uma produção da sexualidade para ampliar relações de poder específicas.

É por meio da repetição dos atos corporais, gestos e movimentos específicos que o gênero é criado como “temporalidade social” (Butler, 2014). Nós não nos comportamos de determinadas maneiras devido a nossa identidade de gênero, nós chegamos a essa identidade por meio daqueles padrões comportamentais, os quais sustentam as novas de gênero. O processo de repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, e também a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. (SPARGO, 2019, p. 43)

Essa performatividade pode ser confundida facilmente com o sentido comum de performance do ponto de vista da *escolha*, do que uma necessidade de ter uma identidade crítica sobre si. Esta não deve possuir um caráter como se estivéssemos escolhendo uma peça de roupa, ou seja, de forma genérica, rasa, imediatista ou até consumista. Mas sim de uma forma que ultrapasse a estrutura heterossexual como resposta de um desejo de escapar das coerções do sistema dos gêneros binários.

Pensar deste modo, possibilita entender a categoria de gênero e sexualidade de forma mais aprofundada do que pelo viés binário entre homem e mulher, masculino e feminino, macho e fêmea. Optamos não limitar nossas

discussões a partir do sexo biológico, mas entender como as estruturas de poder (patriarcado, homofobia, racismo e o próprio capitalismo) implicam na construção da identidade de gênero. Trataremos o gênero como expressão da subjetividade humana, correlacionada a uma vida material; neste contexto, a subjetividade é moldada nas práticas das relações humanas, nas interações com o heterossexismo, machismo, racismo e na luta de classes.

Considerar o racismo no Brasil, como processo da desigualdade social; o racismo, assim como a LGBTQIfobia, foi criada pela supremacia branca heterossexual para definir espaços de poder e controle de outros corpos não brancos. E entender essa complexidade se faz necessário para compreender as identidades performáticas de gênero no país.

Heleieth Saffioti (1987), socióloga brasileira, na sua obra *O poder do Macho* afirma que

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (p.8)

Em uma sociedade racista como a brasileira, esses “papéis”, ou como estamos tratando aqui como *performances*, são desenhados e estruturados para servir e manter uma ordem social burguesa, que é branca e heterossexual.

Essa performance é construída por uma política de embranquecimento no país desde seu descobrimento em 1500, e contribui direta ou indiretamente aos moldes em que nossa sociedade opera. A mentalidade eurocêntrica, branca, de corpos, prazeres, estética, comportamentos e desejos, são construídos a partir da ordem burguesa branca, que determina o que é certo e o que é errado, e como esses corpos deverão se interrelacionar.

Segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça de 2018, 18,1% de todos os cargos de magistratura no país são ocupados por pessoas negras. Destes, 6% são mulheres.

O estudo da Demografia Médica do Brasil, publicado em 2020 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Universidade de São Paulo (USP), demonstra que apenas 3,4% dos concluintes de medicina em 2019 se

autodeclararam da cor ou raça preta, 24,3% se declararam pardos e 67,1% se declararam brancos. Conforme a definição e nomenclaturas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o somatório de pretos e pardos compõe a população negra nacional. Os dados recentes do estudo apontam um leve aumento no número de estudantes negros no curso de medicina no Brasil em comparação a períodos anteriores. Em 2019, o percentual chegou a 27,7%, segundo o levantamento, enquanto que em 2016, o índice era de 26,1% e, em 2013, de 23,6%. Em 2010, conforme dados do último Censo realizado pelo IBGE, apenas 17,6% dos médicos brasileiros e 27,3% dos profissionais de saúde eram negros.

Outro levantamento, também a partir de dados do IBGE e feito pelo site Quero Bolsa, informa que entre 2010 e 2019 o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%. Os negros chegaram a 38,15% do total de matriculados, percentual ainda abaixo de sua representatividade no conjunto da população (56%).

Referente a população indígena no país, segundo o IBGE em 2010, 0,4% da população brasileira se considera indígena e não ocupam cargos públicos de saúde e justiça; aparecem apenas em algumas lideranças políticas (mandatos políticos) e organizações não governamentais que defendem a vida indígena.

A partir desses dados, observamos como as estruturas sociais são desenhadas no país e como a desigualdade racial é expressiva e interfere na construção da categoria gênero. Inicialmente pela segregação, exclusão e opressão vivenciadas por essas pessoas; depois, pelo lugar que lhe é atribuído na binaridade de opressor e oprimido em uma sociedade de classes.

O homem branco burguês heterossexual, precisa implementar na sociedade de classes a utopia do prazer pela meritocracia. Ele estimula outros homens brancos e não brancos não burgueses, a acreditar que o local de poder e domínio é acessível para todos, basta querer, trabalhar, optar por viver a lógica de controle que ele (o branco burguês heterossexual) determinou como certa.

O branqueamento significa a adesão de negros a ideologia dos brancos, o que facilita aos negros ocupar certas posições na estrutura de poder construída pelos brancos. Em outros termos, negro poderoso e branco. Portanto, o processo de branqueamento tem natureza social. Isto é,

embora o poder exercido por determinados negros não lhes altere a cor da pele, propicia-lhes um tratamento igual ou semelhante àquele dispensado aos brancos. (SAFFIOTI, 1987, p.86)

Isso implica na permanência do racismo e da lógica heterossexista, pois alimenta o desejo do poder aos homens, que flertam com esse dispositivo há milênios. Razão pela qual, encontramos diversos homens incorporados com estes discursos, pois acreditam simbolicamente que é natural a dominação masculina pela lógica do branqueamento e patriarcado.

Bell Hooks (2019), feminista norte americana em sua obra Teoria Feminista – Da margem ao Centro, alerta sobre o fato do embranquecimento estar atrelado também às lutas feministas, e que isto pode ser uma oferta retrógrada à luta feminista e antirracista.

As mulheres brancas e os homens negros têm duas versões. Podem ter o papel de opressores ou de oprimidos. Os homens negros podem ser vítimas de racismo, mas o sexismo permite-lhes agir como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vítimas de sexismo, mas o racismo permite-lhes agir como exploradoras e opressoras dos negros. Ambos os grupos lideram movimentos pela libertação em favor dos seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. O sexismo dos homens negros prejudicou a luta contra o racismo, tal como o racismo das mulheres brancas prejudicou a luta feminista. Enquanto estes dois grupos, ou qualquer outro grupo, definirem libertação como sendo uma aquisição de igualdade social com os homens brancos da classe dominante, tem interesse na contínua exploração e opressão de outros. (p.12)

Assim, conseguimos compreender a complexidade em que as relações sociais humanas estão se configurando ao longo da história. Não é possível falar de um segmento masculino, sem compreender o lugar em que ele se expressa, considerando os recortes de raça, orientação afetivo sexual e classe, pois estes, configuram-se como dispositivos definitivos na constituição da identidade deste sujeito.

A categoria classe aqui tratada, transcende a compreensão marxista sobre as relações de produção que a envolvem, mas não a explicam em toda sua complexidade e amplitude.

A classe envolve o nosso comportamento, o que consideramos os princípios básicos da vida. A nossa experiência (determinada pela nossa classe) corrobora estes princípios: como somos ensinados a comportar-nos, o que se espera de nós mesmos e de outros, o nosso conceito de futuro, como entendemos os problemas e os resolvemos, como pensamos, sentimos, agimos. São estes padrões de comportamento que as mulheres da classe média se recusam a reconhecer, apesar de estarem perfeitamente dispostas a aceitar as classes em termos marxistas, um belo truque que lhes permite efetivamente não ter de lidar com o comportamento de classes nem ter de mudar esse comportamento em si mesmas. São estes padrões de comportamento que têm de ser reconhecidos, compreendidos e alterados. (HOOKS, 2019, p. 3)

A luta pelo fim da opressão sexista deve ocorrer a partir de uma luta pela libertação, ou seja, libertação dos sexos, das raças e da classe oprimida. Uma luta pela diversidade e não pela castração de corpos escravizados, controlados e submetidos a subalternidade e condições de vulnerabilidades.

Os indivíduos que lutam pela erradicação do sexismo mas não apoiam a luta pelo fim do racismo ou do classismo prejudicam os seus próprios esforços. Os indivíduos que lutam pela erradicação do racismo ou do classismo, mas que, ao mesmo tempo, apoiam a opressão sexista ajudam a conservar o fundamento cultural de todas as formas de opressão grupal. Embora possam iniciar reformas que venham a ter sucesso, os seus esforços não conduzirão a mudanças revolucionárias. (HOOKS, 2019, p.31)

Bell Hooks (2019) afirma que o homem pobre ou da classe trabalhadora foi sociabilizado pela ideologia sexista a acreditar que existem privilégios e poderes que ele deve possuir por ser homem. Entretanto, há uma contradição nessa lógica, segundo a autora: esse homem descobre que poucos ou nenhum desses benefícios lhe são atribuídos naturalmente em sua vida. Logo, revela

nesse sujeito uma crise de masculinidade, relativa a incapacidade de estar à altura de executar certos poderes se contradizendo com aquilo que lhe é ensinado.

Automaticamente esse homem é marcado emocionalmente, pois não compreende o privilégio que lhe é ofertado, e às castrações a que também é submetido para se tornar esse homem de poder.

Ao ser distanciado e ficar frustrado e irritado, o homem pode atacar, maltratar ou oprimir uma mulher individual ou as mulheres em geral, mas não estará a auferir benefícios positivos do seu apoio e da sua perpetuação da ideologia sexista. Quando bate numa mulher ou a viola, não está a exercer o privilégio ou a auferir recompensas positivas; pode ficar satisfeito por exercer a única forma de domínio que lhe é permitida. A estrutura do poder masculino da classe dominante que incentiva o abuso sexista das mulheres auferir os verdadeiros benefícios materiais e privilégios das suas ações. Enquanto continuar a atacar as mulheres e não o sexismo ou o capitalismo, ele ajuda a preservar o sistema que lhe traz poucos, ou nenhuns, benefícios e privilégios. Ele é um opressor. Ele é um inimigo das mulheres. Ele é um inimigo dele mesmo. Ele também é oprimido. (p.58)

Compreendemos que a ideologia da supremacia masculina, criada por homens brancos heterossexuais burgueses, encorajam mulheres e outros homens brancos, não brancos, não burgueses, a terem algum valor se compactuarem com esta lógica opressiva; ensinam desde a infância que nossa relação deve-se construir de forma a desvalorizar qualquer diversidade ou diferença. Prova disso, está no aumento recente de discursos neofacistas e nazistas espalhados no Brasil e no ocidente. Ensinam-nos que é necessário haver discórdia, caos, binaridades entre luz e trevas, bem e mal, certo e errado, sagrado e promiscuo, puro e impuro, limpo e sujo, branco e preto, hetero e gay, homem e mulher. Ensinam-nos a não ter solidariedade, em não compreender certos limites, imperfeições, diferenças, dúvidas, diversidade.

É possível identificar que estes homens, mesmo com privilégios em pequenas ou maiores escalas, possuem lugares estratégicos e complexos nas relações sociais e humanas para manter uma ordem social vigente.

É preciso resignificar a solidariedade para romper com o ciclo viciante de fetiche a este poder. Não no sentido de caridade, mas no sentido de construção e criação coletiva, de aproximação, de romper fronteiras e ampliar olhares sobre a vida e a história do outro. De reconhecer os privilégios e o que mantém o mecanismo de sofrimento de corpos explorados.

A seguir, construímos um quadro para ilustrar a forma de organização das relações sociais no Brasil, elencando os níveis de exploração e subalternidades a partir do recorte de raças, classe, sexo (biológico) e da orientação afetivo-sexual.

Quadro V – Hierarquia de Corpos no Brasil

HOMEM HETEROSSEXUAL BRANCO BURGUEÊS
MULHER HETEROSSEXUAL BRANCA BURGUESA
HOMEM HOMOSSEXUAL BRANCO BURGUEÊS
MULHER HOMOSSEXUAL BRANCA BURGUESA
HOMEM HETEROSSEXUAL BRANCO TRABALHADOR
MULHER HETEROSSEXUAL BRANCA TRABALHADORA
HOMEM HOMOSSEXUAL BRANCO TRABALHADOR
MULHER HOMOSSEXUAL BRANCA TRABALHADORA
PESSOA NÃO BINÁRIA E TRANSGÊNERO MASCULINO BRANCO TRABALHADOR
PESSOA NÃO BINÁRIA E TRANSGÊNERO FEMININA BRANCA TRABALHADORA
HOMEM HETEROSSEXUAL NEGRO TRABALHADOR
HOMEM HOMOSSEXUAL NEGRO TRABALHADOR
PESSOA NÃO BINÁRIA, TRANSGÊNERO MASCULINO NEGRO TRABALHADOR
MULHER HETEROSSEXUAL NEGRA TRABALHADORA
MULHER HOMOSSEXUAL NEGRA TRABALHADORA
PESSOA NÃO BINÁRIA, TRAVESTI, TRANSGÊNERO FEMININA NEGRA TRABALHADORA

A partir dessa coluna, compreendemos que o homem branco burguês heterossexual é a figura que controla não só os meios de produção, mas aquele que determina as performances da vida social. Por deter o poder e organizar a supremacia, impõe a todas as outras categorias da coluna como viver em sociedade.

A mulher branca heterossexual burguesa conquista o segundo lugar, pois goza dos privilégios que estes homens fornecem a elas para manutenção do sistema. Além de usufruir de fortunas e da vida material, essas mulheres contribuem com a educação de suas proles e dos espaços que frequentam, geralmente em universidades, para permanência da ordem.

O homem homossexual burguês segue em terceira posição, pois a tecnologia da aliança reconhece uma falha no seu corpo biológico, sendo inferiorizado pelo homem e mulher heterossexuais. Isso porque a mulher heterossexual ainda performa ou executa aquilo lhe foi atribuído: o exercício da maternidade e um corpo submisso aos prazeres sexuais dos homens.

A mulher homossexual burguesa segue o mesmo destino que o homem homossexual, porém de forma um pouco mais severa. Ela sofre castrações e retaliações por não se submeter ao prazer masculino dominante, e também confronta a ordem de reprodução burguesa, ao optar por se relacionar com outra mulher.

Para o universo da classe trabalhadora, a divisão de privilégios percorre a mesma lógica entre homens e mulheres heterossexuais e homossexuais. A diferença consiste em se manterem subordinados a ordem capitalista burguesa, e responderem completamente a ela; destacamos a categoria de pessoas não binárias e transgêneros na mesma linha, podendo ou não ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Esta população sofre em maior escala as retaliações da ordem dominante, uma vez que são encaradas como o “erro” da natureza ou fracasso de uma confusão ou transtorno mental. É claro que a orientação afetiva sexual interfere nas suas marginalizações, entretanto optamos por sinalizar no quadro de forma geral.

A questão da bissexualidade não aparece nestas expressões não pelo seu desmerecimento ou apagamento de pessoas bissexuais, mas na complexidade em que a vida acontece, essas pessoas transitam entre os privilégios de performar uma vida “heterossexualizada” ou a marginalização de uma vida “homossexualizada”. Tudo vai depender de sua performance para essa divisão.

Segundo para nosso último destaque da coluna, encontramos a população negra. Aqui fazemos um destaque também para os povos indígenas, ciganos e outras etnias que também se encontram neste mesmo lugar. O

destaque com os negros ocorreu pelas expressões de um racismo mais intensificado com esta população, e ausência de dados sobre a população indígena empobrece nossas evidências. Reconhecemos que esta seja merecedora de relevância para o não apagamento dessas expressões étnicas e culturais

Nas últimas posições encontra-se mulheres negras (heterossexuais, homossexuais, transgêneros e travestis). Essa categoria de performance é a mais marginalizada na sociedade brasileira. E homens negros heterossexuais e gays possuem privilégios (mesmo que poucos) sobre estes corpos.

Travesti é uma categoria de gênero de luta e resistência contra o binarismo imposto pelo heterossexismo. Travestis podem ou não se indentificarem como pessoas transexuais, mas muitas delas incorporam tal identidade como espectro de luta contra a exploração e o apagamento de seus corpos.

Assim, destacamos alguns pontos que contribuem para maior esclarecimento sobre a categoria *segmento masculino* e como a utilizaremos em nossas análises.

- O homem é socialmente construído pela e na história de suas relações;
- As relações sociais destes homens são elaboradas a partir de uma leitura de corpo, performance, desejo e identidade;
- O racismo, a LGBTQIFobia e o machismo fazem parte da subjetividade humana, na construção das performances indentitárias como resistência.
- O homem ou segmento masculino aqui analisado não é o homem heterossexual e homossexual branco burguês, mas os homens trabalhadores, inseridos em uma complexidade social das relações sociais, provocadas pelo racismo, machismo e LGBTQI+ fobia.
- Não buscamos vitimizar os homens autores de violência e privilegiados do sistema patriarcal, mas entender como os mecanismos de poder e de divisão binária atuam na vida dos homens e pessoas com que se relacionam.
- A binaridade está constituída nas relações sociais ocidentais, assim, construir um trabalho que provoque a quebra deste pensamento é

desafiante e repleto de armadilhas que estamos cientes e fadados a sofrer nesse processo.

- São diversos os modos de compreender as expressões do segmento masculino e esta perspectiva é uma delas, tendo por suporte o entendimento de um sujeito emancipatório.
- O caminho metodológico que utilizaremos na execução desta pesquisa, permite transitar por várias áreas do conhecimento, assim como propor o diálogo entre perspectivas teóricas distintas e por vezes contraditórias, sem anular a essência de sua análise. Permite a discussão aprofundada sobre a temática e ajuda a extrair elementos importantes para nossa compreensão da realidade em pauta.
- A tecnologia da sexualidade é um dos possíveis caminhos para a superação dos dispositivos de aliança e controle, mas precisa incorporar outros aspectos nesse processo emancipatório.
- A imersão no universo da masculinidade é complexa, contraditória, repleta de detalhes, dinâmica e acompanha um processo sócio-histórico diverso e incerto.

3. CAPÍTULO II – ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL EM SERVIÇO SOCIAL

O atendimento socio individual não deixa de ser uma matéria contundente no Serviço Social. Tanto do ponto de vista teórico quanto do exercício de sua prática, é assunto de discussão e por vezes, de certa desconfiança quanto a seu entendimento no âmbito epistemológico da profissão. O livro *Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa* organizado por Rodrigues (2016), em seu capítulo I “Serviço Social e o atendimento socio individual” de autoria de Sandra Eloiza Paulino, apresenta uma reflexão bastante séria interrogando o instituído propondo a revisão e ressignificação desta estratégia de abordagem prática na profissão. Esta será uma das obras de referência para esta reflexão.

Trataremos este capítulo em dois momentos: inicialmente procurando contextualizar o atendimento na trajetória do Serviço Social; em seguida, buscando analisar o atendimento socio individual no trabalho do assistente social.

3.1 SERVIÇO SOCIAL E SUA HISTORICIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES.

No Brasil, o Serviço Social surge como profissão em 1936. Na época, o país vivenciava o início do processo de industrialização. As e os assistentes sociais vivenciavam seus primeiros passos, sob forte influência de pensamento e diretrizes ideológicas e filosóficas da igreja católica e da Escola Europeia de desenvolvimento econômico. Sua finalidade naquele período era auxiliar no processo disciplinatório (e conseqüentemente de controle) da vida da população pobre, por meio do desenvolvimento da moral cristã e da busca pelo restabelecimento da ordem social.

Importante lembrar que a profissão emerge em um momento histórico de grande metamorfose nas relações sociais, culturais e econômicas no país e no mundo. Vivenciávamos as conseqüências da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (1929), a ascensão do fascismo nazista, o início da Segunda Guerra Mundial, a explosão de movimentos totalitários na Europa, o fim da política cafeeira no Brasil, e conseqüentemente, o início do processo de uma industrialização dependente. Este processo provoca transformações no campo das relações sociais e na divisão técnica do trabalho gerando diferentes mudanças, especialmente, no cenário geográfico, ocasionando o êxodo rural. O

fenômeno implicou na desistência das pessoas pela vida rural/agrária/ e do campo, para uma imersão das zonas urbanas como um projeto de vida pautado nas atividades industriais, como forma de melhoria de suas condições de vida. Essa movimentação, do ponto de vista mercantil, acelerou o crescimento dos centros urbanos e implicou em novas necessidades sociais, uma vez que esta nova organização social de vida não tinha espaço para absorver trabalhadores, suas necessidades materiais e subjetivas, e muito menos ofertar estrutura (física e intelectual) para lidar com todas as dificuldades das diferentes classes sociais.

A Igreja Católica, por sua vez, percebendo o cenário caótico que se instalava nos centros urbanos, a partir da grande massa de reserva que vagava ou acumulava-se em perímetros subalternizados, se aproxima do Estado por meio de interesses mútuos que partiam de um ideal de poder, controle social, disciplina e resoluções das demandas expressas.

É nesse contexto que o Serviço Social nasce no Brasil, a partir de um ideal teológico cristão, de caráter assistencialista, com intuito de dirigir suas ações para aqueles que se encontravam em condições de vulnerabilidade (materiais, emocionais e espirituais), para responder ao desenvolvimento capitalista industrial.

As pioneiras⁴, construíram seu projeto de atuação profissional sob a ótica de duas instâncias: o trabalho e a família. O trabalho porque torna-se categoria de subsistência na ordem social capitalista industrial; e a família porque o núcleo é responsável pela educação primária daqueles membros, o que estabelece ordem moral e formação para viver/interagir com outras pessoas em sociedade.

Para a execução deste trabalho, foi organizado e executado no período de 1941 a 1960 (aproximadamente), o primeiro método de intervenção profissional da/o assistente social: o Serviço Social de Caso, direcionado às práticas individuais. Criado pela norte-americana Mary Ellen Richmond⁵, conceitua esse método como “o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens

⁴ As pioneiras no Serviço Social foram mulheres ligadas a Igreja Católica e da alta burguesia do final da década de 1930 e início da década 1940, que executavam o trabalho social aos necessitados.

⁵ Mary Ellen Richmond (1861-1928) foi a pioneira do serviço social americano. É considerada a mãe do trabalho social profissional e em conjunto com Jane Addams fundou o trabalho social de caso.

e seu ambiente” (PAULINO, 2016, p.42). Sob essa influência, iniciam-se mudanças no bojo da atuação profissional. As metodologias teológicas cristãs deixam de ser a principal via de ação daquelas profissionais, que começam a trabalhar metodologias que envolviam a personalidade do cliente⁶ mantendo preservação da ordem para uma vida harmônica em sociedade.

O método utilizado no Serviço Social de Casos baseava-se em dois instrumentos básicos para a ação profissional: a entrevista e a visita domiciliar. O primeiro utilizava técnicas para realizar um estudo daquele indivíduo que se apresentava ao Serviço Social. Ali colhiam-se informações específicas da pessoa para compreensão do problema apresentado. Considerava-se o próprio indivíduo, o meio em que estava inserido, aspectos psicológicos, econômicos, culturais, espirituais que de alguma forma indicassem elementos significados das demandas apresentadas. A partir do estudo, era possível elaborar um diagnóstico⁷ do problema psicossocial⁸, suas causas e possíveis estratégias de reparação deste problema centrado no sujeito.

Compreender o indivíduo em seu meio fez com que as/os assistentes sociais do período clássico investissem em ações de caráter coletivo, dando início também aos métodos de Grupo e Comunidade. Eram interpretados como ações complementares do trabalho, pois auxiliava a maior compreensão das relações sociais daqueles indivíduos e suas interações com seus pares, familiares e outros.

Compreendemos a partir do exposto, que o Serviço Social Clássico intervinha a partir de uma leitura de realidade pautada no pensamento neotomista⁹ e do positivista¹⁰, perspectivas orientadas pelo próprio Estado e

⁶ Cliente era o termo utilizado pelo Serviço Social Clássico para referir-se ao sujeito ou pessoa que solicitava sua prestação de serviço.

⁷ O termo diagnóstico foi abandonado pelo Serviço Social através da influência das disciplinas de Medicina e Direito, que detinham (e ainda detêm) dispositivos de controle sobre a análise das condições individuais de pessoas subalternizadas. Foi e ainda é utilizado para emitir avaliação e dados coletados do objeto em análise.

⁸ A perspectiva ‘Psicossocial’ era a terminologia utilizada na época para centralizar o problema do sujeito. Nos dias atuais, com apoio em outras bases teóricas de definição, consideramos os fatores macro e microsociais, conjunturais e estruturais das questões sociais para compreender as diferentes dinâmicas e expressões das condições de vida humana.

⁹ O pensamento Neotomista é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver a filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII, o tomismo; ligado a esta tendência o Serviço Social propunha-se a tratar os problemas contemporâneos das populações mais fragilizadas pelo processo de industrialização e de desenvolvimento capitalista.

¹⁰ Positivismo é uma corrente de pensamento filosófico, sociológico e político que surgiu em meados do século XIX na França.

Igreja Católica, expressando-se como um instrumento destas instituições para manutenção de poder e de controle das relações sociais.

É mister reconhecer que o Serviço Social de Caso representou um marco importante na configuração histórica da profissão como primeira preocupação de ação técnico-operativa. Mas, na medida em que evoluem as análises e revisões críticas no Serviço Social, a profissão alcança outros patamares de conhecimentos.

Assim, em um primeiro momento tivemos um Serviço Social de Caso centrado no problema ou situação problema priorizando o sujeito¹¹, com base metodológica neotomista e positivista. Havia nessa perspectiva um processo de psicologização¹² das demandas sociais com o propósito de desenvolver a personalidade do sujeito, ajustando esse sujeito ao meio social.

A fase transitória entre a forte influência dos métodos teológicos cristãos para os métodos positivistas não ocorreu de forma homogênea e sim contraditória, pois o corpo técnico de assistentes sociais da época era majoritariamente católico.

Na década de 1960 começam a existir no interior da profissão fortes críticas à igreja, à orientação estatal e institucional, quando, então, inicia-se o que mais tarde se denominaria por Movimento de Reconceituação. Esse movimento teve bastante destaque por meio dos fóruns de discussão realizados que tratavam da insatisfação dos profissionais (Brasil e América Latina), quanto às limitações teóricas, técnicas, ideológicas, políticas e operativas. A Reconceituação ocorre atravessada pelas fortes repercussões do regime de ditadura militar que ocorreu no Brasil, entre abril de 1964 e março de 1985.

Como estratégia para superar os grandes desafios desencadeados por um regime opressor e exploratório, foram realizados vários encontros e seminários para repensar os caminhos teórico-metodológicos e políticos da

¹¹ O termo Sujeito será utilizado nesta dissertação para denominar todas as pessoas em condições de subalternidade, vítimas de processos exploratórios do capitalismo, dotadas de histórias, vivências, sentimentos, emoções, espiritualidade, cultura.

¹² Termo utilizado para indicar a trajetória do Serviço Social no Brasil com práticas pautas na terapia individual, cognitiva-comportamental, sob forte influência de diferentes autores americanos: Mary Richmond, Gordon Hamilton e Florence Hollis, que estruturavam seus métodos de intervenção por meio da psicologia e da psicanálise, com ênfase no ajustamento do sujeito ao meio em que viviam.

profissão, e conseqüentemente, resistir ao regime político e seus dispositivos de poder.

Dois seminários ganharam destaque na história do Serviço Social: de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970). Foram nesses espaços que se iniciaram os novos processos de legitimação das novas bases do Serviço Social.

A intervenção profissional passou a compreender diferentes níveis (macro e microssocial), incorporando nesses níveis, por um lado, a preocupação com a formulação de políticas sociais e, por outro, técnicas mais refinadas de intervenção na execução dessas políticas com os usuários dos serviços. Isso resultou no desenvolvimento de um modelo de atuação pautado na utilização dos processos de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade. Buscava-se, então, um Serviço Social com ênfase na formação de um profissional mais generalista, por meio da integração dos métodos, configurando-se, assim, um método básico tradicional. (PAULINO, 2016, p. 47-48)

Essa proposta era constituída por duas categorias básicas. A primeira era diagnóstica - o estudo das situações reais e modificadas; e a segunda, - a intervenção planejada, que se configurava na preparação das ações, na execução e avaliação.

Contudo, embora o corpo técnico se preocupasse com o conhecimento teórico, operativo e político da ação profissional, mantinha-se ainda a influência do pensamento positivista e funcionalista¹³. Afinal, não se muda de uma hora para outra um modo de pensar, de refletir cientificamente.

Para iluminar o período que direciona o Movimento de Reconceituação, lembramos a reflexão de José Paulo Netto (1991), quando explica a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de ruptura.

A perspectiva modernizadora tem por base o positivismo. A preocupação não estava no poder ou na ordem social vigente, mas no sujeito como responsável pela sua condição social, tendo por suporte a eficiência técnica da

¹³ Funcionalismo é um ramo da antropologia e das ciências sociais que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções. É o método que consiste em analisar os diversos elementos que compõe uma sociedade – as funções - como fossem integrantes de um corpo vivo.

profissão em sua intervenção. A preocupação central era o desenvolvimento econômico e visava o enfrentamento dos problemas causados pelo capitalismo por meio da modernização tecnológica, dos processos e relacionamentos interpessoais. Essas técnicas operacionais respondiam mais a objetivos imediatistas e pontuais, não se envolviam em discussões de ordem conjuntural e política.

A segunda perspectiva, reatualização do conservadorismo, o autor considera como uma produção de conhecimentos em Serviço Social a partir das diretrizes fenomenológicas¹⁴. O referido percurso priorizava a mentalidade/concepções da pessoa e a transformação social pelo diálogo/troca.

Aqui chamamos a atenção para refletir sobre a fenomenologia, pois ainda atualmente o método fenomenológico é tratado como uma concepção epistemológica conservadora no Serviço Social, o que em nossa análise é um equívoco. Sabemos que nenhuma corrente do conhecimento é absoluta e a complexidade da vida e das relações sociais devem ser analisadas sob diferentes ângulos do saber, considerando sua historicidade e representatividade temporal.

A Fenomenologia no Serviço Social apresentava como categorias de intervenção a linguagem, dispositivo extremamente importante na relação entre o sujeito e o profissional; o trabalho psicossocial; a transformação social e a compreensão dos usuários a partir da sua realidade e/ou situação problema.

Executava-se na atuação profissional uma troca de conhecimentos entre o saber técnico e o saber do sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito era o centro da intervenção profissional como um indivíduo com consciência capaz de compreender o seu lugar nas relações sociais e como integrante das estruturas da vida em sociedade.

A terceira e última perspectiva é o que o autor designou como intenção de ruptura e explicada historicamente em três momentos distintos: o primeiro ocorre no início dos anos de 1970 com a aproximação à teoria marxista, a partir da imersão de alguns profissionais intelectuais na vida político-partidária. Entre 1972 e 1975, na Universidade Católica de Minas Gerais, é criado um método

¹⁴ A fenomenologia é uma corrente de pensamento europeu, que procurou superar certos limites da vertente positivista, que oferece uma crítica radical para a compreensão do ser. O termo significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, buscando explorá-lo.

que priorizava uma abordagem profissional crítica a partir da tradição marxista. Esse método ficou conhecido como o Método de BH (Belo Horizonte), e sinalizava uma preocupação do Serviço Social com luta de classes, assumindo prioridade de sua ação profissional para com a classe trabalhadora/operária. Neste momento o Serviço Social passa a priorizar a transformação social, por meio da organização social, capacitação e mobilização social e não mais o sujeito como centralidade do seu trabalho profissional.

Merece destaque esse momento, pois se por um lado ocorria uma mudança significativa (mesmo com limitações teóricas sobre a complexidade e condição da vida humana), por outro, o comprometimento total ao desenvolvimento de ações políticas e partidárias, afasta-se da profissão os casos individuais que sempre se expressaram na sua historicidade, inclusive atualmente.

O segundo momento denomina-se consolidação acadêmica, e ocorreu no final de 1970 e início de 1980. A intenção era romper com toda a historicidade e intelectualidade produzida pelo Serviço Social em sua época clássica, introduzindo o método epistemológico marxista em suas análises, intervenções e produções acadêmicas, principalmente no mestrado e no doutorado. O Serviço Social de Caso é gradativamente retirado da grade curricular da formação profissional. Esse afastamento gradativo e ruptura, implicou grandes lacunas no trabalho profissional, pois sem análise e reflexões adequadas, a partir de um ideal extremista, demandas do trabalho que são de caráter singular ficaram negligenciadas. De todo modo romper drasticamente sem estudo aprofundado e adequado sobre as complexidades da vida humana e das relações sociais, custou e ainda custa na formação e na atuação profissional, uma lacuna que muitos preferem não ver e/ou fingir que não existem; e isto ocorre por um equívoco intelectual/profissional e por receio de um retorno às ações psicologizantes.

O terceiro momento foi definido a partir do que se consagrou por Congresso da Virada¹⁵, marcado na história do Serviço Social e conhecido pelas transformações da prática político-profissional em todo território nacional. A partir

¹⁵ Congresso da Virada – III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), realizado em São Paulo em 1979.

de então, a categoria passa a produzir uma literatura fundada majoritariamente no pensamento marxista, como teoria crítica reconhecida.

Outro ponto que merece destaque nesse contexto foi a transformação do Código de Ética profissional de 1986, que reforça o rompimento do Serviço Social clássico, assumindo outra perspectiva diante das expressões da questão social¹⁶.

É incontestável que essa mudança de paradigma no pensamento da profissão proporcionou a abertura de outro locus profissional, como a participação na elaboração das políticas sociais e na formulação de programas socioassistenciais. Porém, é inegável que tal movimento proporcionou um afastamento de questões do trabalho individualizado com o sujeito e de outras vertentes de pensamento crítico sobre a realidade.

Assim, o processo de intenção de ruptura marca o Serviço Social em duas matrizes: a primeira como 'um avanço da profissão' ao lhe atribuir o caráter político e se configurar no início de uma 'nova era' para o Serviço Social; e a segunda, que compreendemos como uma 'estagnação profissional', pois rompe, em termos de discussões e produções teóricas, como uma das principais práticas do Serviço Social, qual seja, a intervenção individual, o importante trabalho que realizamos com indivíduos gerando uma lacuna na formação profissional referente aos aspectos técnico-operativos. A profissão, nesse processo, saiu cindida entre um viés teoricista ou pragmatista; o medo de ser 'assombrado' pelo criticado metodologismo levou o Serviço Social à desvalorização da prática. Marca-se, nesse momento, uma séria cisão entre teoria e prática no seio da profissão. (PAULINO, 2016, p. 57)

Este percurso levou ao Serviço Social à introdução de um projeto hegemônico, pautado na tradição marxista, que permitiu o fechamento da capacidade de apreender diversas leituras de mundo, e levou a categoria a pensar e agir enquanto profissionais a partir de única/exclusiva vertente.

A teoria marxista e seu método materialismo histórico-dialético, que implica na compreensão das relações sociais pelo sistema capitalista de

¹⁶ O conceito de questão social em Serviço Social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida. Logo, a ordem capitalista dá origem a muitas desigualdades sociais, uma área vital de intervenção do Serviço Social.

produção (sociedade de classes e do movimento dialético das relações entre capital e força de trabalho) possui um arcabouço teórico riquíssimo de análise sobre a materialidade da vida, análises críticas de conjuntura, estrutura e configuração do Estado, porém é insuficiente para responder outras faces da complexidade do ser humano, principalmente no que diz respeito a subjetividade. Este aspecto “assusta” o corpo acadêmico do Serviço Social, pois remete a sua história no período clássico da profissão. Falta hoje, na formação e atuação profissional, os conhecimentos sobre emoções, angústias, medos, afetos, mitos, desejos, que pertencem ao universo subjetivo do sujeito em atendimento, que estão sendo negligenciados na escuta e no contexto das relações interpessoais na intervenção profissional.

O ser humano não pode ser dividido entre questões objetivas e subjetivas ou, entre razão e emoção. O homem é um ser completo, único e inseparável. Como afirma Heller (1972), o indivíduo é sempre um ser particular e um ser genérico, ou seja, desenvolve ações próprias da espécie humana que se configuram como algo genérico (como, por exemplo, o trabalho); porém, esses mesmos indivíduos têm motivações e diferentes formas de envolvimento com essas ações (particulares). (PAULINO, 2016, p.63-64)

Entendemos neste estudo que a dimensão subjetiva e a dimensão objetiva são inseparáveis, pois existe uma relação dialética/histórica entre as duas perspectivas que definem a totalidade. Implica na compreensão de que o ser humano apreende o mundo externo (concreto), em acordo com sua singularidade (desejos, emoções, sentimentos, história etc.). Dessa forma, há interação e correlação entre o mundo psíquico e o mundo material, ou seja, entre a vida concreta e a vida subjetiva.

3.2 – O ATENDIMENTO SOCIO INDIVIDUAL EM SERVIÇO SOCIAL

A prática profissional da/o assistente social enfrenta inúmeros desafios no cotidiano profissional desde o seu surgimento.

A atuação do Serviço Social compreende-se na relação que se estabelece entre as classes sociais (dominante e dominada) e compete ao/à assistente social, intervir no contexto social com as populações mais vulneráveis, fruto dos desdobramentos da questão social e da exploração da lógica do capital, que produz e reproduz o aprofundamento das desigualdades sociais.

Essa leitura, como já afirmamos, vai ao encontro da proposta de nosso Código de Ética profissional (1993), tendo como orientação também os documentos produzidos pelo CFESS-CRESS, nesses últimos anos.

Entretanto, para o alargamento desta reflexão tentaremos certa análise profissional que ultrapasse os limites impostos pela perspectiva hegemônica teórica buscando contemplar uma compreensão das complexidades de vida dos diferentes segmentos populacionais humanos com os quais lidamos no contexto das relações sociais.

Uma das alternativas para refletirmos nesta perspectiva é o exercício cotidiano da prática profissional observado na dinâmica da intervenção social, que expressa os modos de pensar, de interferir, de agir do assistente social (cf. Rodrigues, 2003)

É a intervenção profissional que dá forma, caracteriza e determina o modo do fazer profissional. Além de exigir conhecimentos e a tomada de decisões para a ação, a intervenção determina originalidade na forma de abordar problemas específicos da realidade social. [...] permite apreender as ações parciais, os instrumentos e as habilidades necessárias, ao mesmo tempo em que torna visível as múltiplas dimensões do processo de conhecimento acumulado (geral, específico, experimentado) no trato imediato de situações da prática e das respostas imediatas que elas exigem (p.15-16).

Para o Serviço Social, a prestação de serviços (prática, intervenção) realizada pelos/as assistentes sociais, geralmente no campo das políticas públicas, se inicia através do atendimento socio individual, concepção resinificada por Paulino (2016), como já mencionamos. Afirmo a autora:

[...] o movimento de construção e desconstrução provocado pelo enfrentamento da realidade social; refere-se ao modo de produzir o fazer

profissional e as implicações dele decorrentes. Diz respeito à ambiência, à correlação de forças que engendra o confronto de situações limites mais gerais (conjunturais) e de situações limites correlatos às dimensões microsociais, quando em atividade direta com os usuários dos serviços. A *dinâmica* expõe os conflitos, os movimentos de negação identificados pelo controle, pelas imposições e pelo autoritarismo; expõe as alternativas, os encaminhamentos; expressa os modos de pensar e agir profissionais, revelando assim, as *metodologias de ação* em que se desdobram o exercício da prática e o *fazer* profissional. (p. 17)

Para Paulino (2016) a palavra *atendimento* adquire um sentido mais amplo, compreendida no contexto da ação profissional e pressupõe:

[...] uma escuta qualificada, visão crítica da realidade, diretriz ética e política, habilidades na execução de suas técnicas, noções sobre homem, mulher e mundo, reconhecimento dos aspectos sociais, subjetivos que estão presentes nas relações estabelecidas entre os sujeitos. (p.20)

E ainda,

[...] atribui-se a contextos diferenciados da realidade social, demandados pelos desdobramentos da questão social. Esse atendimento tem variações conforme as demandas sociais com os quais o profissional se defronta, considerando como centro de sua ação o sujeito em sua realidade de vida e em sua totalidade. (Paulino, 2016, p. 20).

Dessa forma, “pressupõe a compreensão do ser humano como indivisível, e considera que os aspectos emocionais fazem parte da constituição do sujeito tanto quanto da construção do tecido social” (Paulino, 2016, p. 24).

Sendo assim, a prática profissional da/o assistente social no atendimento socio individual se pautará no acolhimento daquele sujeito/usuário, na análise de sua real situação no contexto das relações (de poder e de conflito), estabelecendo vínculos, proporcionando debates e reflexões que o sujeito em atendimento possa realizar conforme sua própria história e condição. Neste sentido, é extremamente necessário considerar o mundo material (aspectos objetivos) e o mundo abstrato (aspectos subjetivos) do sujeito, que produziram aquele sujeito em sua realidade e totalidade.

Segundo Paulino (2016), destacamos alguns aspectos significativos a considerar para melhor compreensão crítica do escopo da intervenção profissional.

- O princípio de que o homem é um ser histórico, e como tal, é produto e produtor de sua condição social.
- A compreensão do ser humano como um ser político e, portanto, que deve se apropriar de sua história e de seus direitos.
- A percepção de homem como um ser complexo, paradoxal, uno e múltiplo, que contém ambiguidades, potenciais, limites, certezas e incertezas, que interfere e recebe interferência do meio social e estabelece suas relações nesse contexto;
- O entendimento da subjetividade como integrada ao humano e que se constitui histórica e socialmente. E que não pode ser desvinculada da compreensão da realidade social, ou seja, da sua totalidade.

Assim, compreendemos que a intervenção profissional com os sujeitos em atendimento socio individual, requer conhecimento, criatividade e consciência crítica além de disposição para superar limites institucionais e políticos:

- pensar a intervenção transcendendo a dimensão do imediatismo para uma análise mais ampla das relações na sociedade, compreendendo essas relações a partir também de sua experiência cotidiana;
- estudar a produção e reprodução do universo simbólico/subjetivo e concreto/objetivo dos sujeitos;
- atentar ao caráter organizativo, educativo e político, incidindo sobre as formas de ver, de ser, agir e sentir dos indivíduos;
- manter na linguagem e na comunicação seus principais instrumentos de intervenção;
- fornecer os instrumentos de análise da vida e do cotidiano dos sujeitos, buscando identificar e refletir sobre as questões que os envolvem;
- Utilizar a mediação como forma de se aproximar das demandas do sujeito e de obter maior apreensão de sua realidade.

A partir destes aspectos e considerando que nenhuma teoria sozinha é suficiente para compreender a totalidade da realidade social e da complexidade da vida humana, o atendimento socio individual constitui-se uma das diversas, ferramentas para a prática profissional da/o assistente social.

Essa é a diferença entre o Serviço Social de Caso e o Atendimento Socio Individual. O referencial teórico-metodológico que norteia essa prática é diferente em sua configuração e estruturação do antigo Serviço Social de Caso. Aqui priorizamos a leitura da totalidade em sua materialidade (considerada na perspectiva marxista), mas também sua subjetividade orientada por outras áreas de conhecimento e de saber.

Não devemos associar o atendimento socio individual a um método conservador ou psychologizante, até porque não é de sua responsabilidade analisar a estrutura psíquica, mas sim considerar a interação entre ela e o mundo material. É necessário estudar e compreender o passado, e a forma que a história se constrói, para repensarmos práticas presentes e futuras. O Serviço Social tem uma história, e ela não pode e não deve e ser apagada, mas sim utilizada para nortear novos caminhos na dinâmica complexa da vida social. Este exercício é respeitoso com todas/os/es aquelas/es que vieram antes de nosso tempo. Valorizamos as intelectualidades históricas, seu tempo, suas lutas e resistências, mesmo que já superadas.

Compreendemos também que olhar os casos em sua individualidade, não significa culpabilizá-los pela condição atual, mas construir um espaço protetivo, cuidadoso e acolhedor para todas as pessoas que necessitam de nossa atenção, a partir de uma perspectiva multidimensional, libertadora, crítica, o que parece um desafio constante de nosso cotidiano profissional.

“Uma profissão não pode se manter apenas no discurso” (PAULINO, 2016, pg. 95), desse modo, precisamos confrontar o discurso no exercício da prática e da reflexão continuamente.

4. Cap. III – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A partir de nosso objetivo geral - *compreender e analisar o atendimento socio individual prestado ao segmento masculino em Serviço Social* – iniciamos o processo investigativo estudando e reconhecendo com maior profundidade o contexto em que iríamos trabalhar. Realizamos um estudo de natureza qualitativa e crítica abarcando um conjunto de abordagens, englobando os processos de comunicação, interação para a análise e interpretação dos dados (Cf. Hérbert, Goyette e Boutin, 2010). Para Rodrigues (2020), a natureza qualitativa confere um processo sistemático de colheita de dados tendo como pontos de referência os fatos, acontecimentos e fenômenos em suas manifestações de grandeza, intercorrência, acúmulo, variações (material em power point, lâmina 23). Trabalhamos [...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21-22). Importante destacar ainda que

No plano epistemológico, estas metodologias consideram que o conhecimento é construído intersubjectivamente através de uma interacção estreita entre o sujeito cognoscente e o objecto. No plano metodológico, a interpretação da realidade passa pela consideração e captação dos significados atribuídos pelos actores sociais aos diferentes aspectos da sua interacção. (SILVA, 2013. p.2)

Em decorrência do cenário pandêmico, causado pela COVID-19, as possibilidades tornaram-se limitadas para desenvolver a pesquisa. Contudo, priorizamos algumas alternativas para a sua execução. A princípio pensamos realizar um grupo reflexivo com assistente sociais, da rede socioassistencial do município de Campinas/SP (residência do pesquisador), atuantes dos serviços da política pública de assistência social e saúde.

Segundo o censo do IBGE de 2021, o município de Campinas abriga 1.223.227 habitantes. Do ponto de vista da estrutura da cidade, esta apresenta 90.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 87.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 55.9% de domicílios urbanos em

vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Em 2019, o salário médio mensal da população geral era de 3.7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38.6%. Havia 30.2% de pessoas no município com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo. Atualmente, a cidade é dividida em cinco regiões: norte, sul, leste, sudoeste e noroeste mantendo suas ações e serviços de modo descentralizado conforme as necessidades do território.

Segundo o Relatório de 2020 da Secretária Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, o município conta com 206 unidades de serviços do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sendo 112 unidades de Proteção Social Básica, 14 unidades da Proteção Social Especial de Média Complexidade, 50 unidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, além de 30 serviços complementares [PCD (Pessoas com Deficiência), SESF (Serviço Especializado de Proteção Social a Família), NOT (Núcleo de Orientação de Trabalho) e Casa da Cidadania] espalhados pela cidade. Estes serviços comportam equipe mínima prevista na tipificação dos Serviços Socio assistenciais de 2009, com pelo menos dois assistentes sociais.

O relatório de 2020 da Secretária Municipal de Saúde, indica que o SUS (Sistema Único de Saúde) conta com sessenta e três Centros de Saúde (Unidades Básicas de Saúde), que são os Serviços responsáveis pela atenção básica à Saúde; três hospitais de caráter de urgência/emergência e alta complexidades; sete serviços municipais de pronto atendimento [UPA (Unidade de Pronto Atendimento), SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e PS (Pronto-Socorro); cinco distritos de saúde, responsáveis pela gestão territorial; dezoito unidades de referência, dentre eles de saúde mental [CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e suas modalidades - 7), banco de leite (1), atenção a idosos (1), pessoas com deficiência (1) e crianças e adolescentes em vulnerabilidade (2), policlínicas (2), atenção a IST/HIV-AIDS [Infecções Sexualmente Transmissíveis] (1), atenção a álcool e drogas (1), ambulatório (1) e referência na saúde do trabalhador (1) concentrados em todo município. Nestes serviços/programas há pelo menos um profissional de serviço social, que pode ou não pertencer a uma equipe volante entre os serviços.

Foi desafiador contatar os profissionais destes serviços e convidá-los para a participarem de um grupo reflexivo. A priori, a ideia era realizar uma videochamada com assistentes sociais para discussão da temática; entretanto, com os desafios do teletrabalho, das demandas institucionais, da eclosão do aumento de casos da COVID-19, dos processos conflitantes que o país vivenciou (e ainda vivencia) no campo político, econômico, cultural e o próprio colapso da saúde em decorrência da pandemia, foi impossível realizar o grupo de reflexão com as pessoas convidadas. Fizemos três tentativas, porém as pessoas desmarcavam por constantes dificuldades para compatibilizar agendas com os demais, tanto pelo agravamento da questão de saúde pessoal quanto por demandas do trabalho, da família e outros compromissos pessoais. Diante destas dificuldades, optamos em realizar entrevistas individualizadas com aqueles que se dispuseram e conseguiram se organizar para tal.

Realizamos, assim, entrevistas individualizadas com cinco assistentes sociais sendo três da política de assistência social:

- 1 profissional em gestão territorial da proteção social básica, com experiência de 10 anos na proteção social especial de média complexidade;
- 1 profissional inserido no serviço de convivência do idoso;
- 1 profissional inserido na proteção social especial de média complexidade;

E dois da política de saúde:

- 1 profissional da rede de saúde mental (CAPS Álcool e Drogas);
- 1 profissional da rede de urgências e emergências.

Quadro VI - Características dos sujeitos da pesquisa

PROFISSIONAL	IDADE	GÊNERO	RAÇA	ORIENTAÇÃO AFETIVA SEXUAL	CLASSE
Assistente Social I	41 anos	Feminino	Branca	Heterossexual	Trabalhadora
Assistente Social II	25 anos	Feminino	Branca	Heterossexual	Trabalhadora

Assistente Social III	33 anos	Feminino	Branca	Heterossexual	Trabalhadora
Assistente Social IV	33 anos	Feminino	Negra	Heterossexual	Trabalhadora
Assistente Social V	36 anos	Masculino	Branco	Homossexual	Trabalhadora

Quadro VII – Características institucionais dos sujeitos da pesquisa

PROFISSIONAL	LOCAL	POLÍTICA	TIPO
Assistente Social I	Centro de Convivência do Idoso	Assistência Social	Não Governamental
Assistente Social II	SESF – Serviço Especializado a Proteção a Famílias	Assistência Social	Não Governamental
Assistente Social III	DOAS – Distrito Operacional de Assistência Social	Assistência Social	Estatual
Assistente Social IV	CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas)	Saúde	Não Governamental
Assistente Social V	UPA – Unidade de Pronto Atendimento	Saúde	Estatual

Das cinco entrevistas, quatro foram realizadas através de vídeo chamada e uma no próprio espaço institucional ofertado pela profissional (saúde mental – CAPS AD). Insistentemente realizamos contatos com outros serviços, inclusive para obter certa relação entre os profissionais masculinos e femininos, na expectativa de realizarmos uma análise mais ampliada buscando identificar semelhanças, dificuldades ou particularidades entre as práticas desenvolvidas por estes profissionais. As justificativas sempre recaiam no esgotamento e sobrecarga do trabalho diário e nos limites enfrentados na vida cotidiana do cenário pandêmico.

Para a realização das entrevistas construímos um roteiro com questões que permitissem alcançar respostas relativas a nosso objeto de estudo. Propositamente não indicamos perguntas detalhadas sobre o perfil destes sujeitos: raça, orientação afetivo-sexual, classe social, idade e cultura religiosa, pois gostaríamos que estes dados aparecessem por meio do discurso dos/as entrevistados/as, e não que fossem induzidos. O roteiro ficou assim composto:

- Como costuma atender os sujeitos masculinos que procuram o Serviço Social em seu cotidiano?
- Quantos atendimentos realiza?
- Quem são estes sujeitos masculinos que solicitam atendimento ao serviço social?
- Quais são as necessidades (materiais e subjetivas) mais apresentadas por eles?
- Você percebe diferença ao realizar o atendimento de sujeitos masculinos e femininos?
- De que maneira você aborda os sujeitos masculinos?
- Que metodologia de trabalho você utiliza?
- Você encontra dificuldades no cotidiano do trabalho profissional no atendimento ao segmento masculino?
- Gostariam de fazer alguma observação sobre o tema?

A realização das entrevistas não seguiu uma ordem e tentamos manter um clima relacional flexível e leve. Nossa ideia principal era a troca de informações e reflexões sobre a temática de forma construtiva e reflexiva. Cada entrevista teve uma duração de no máximo uma hora. Em seguida, foram transcritas e sobre o conteúdo dos depoimentos obtidos, iniciamos nosso exercício de análise e interpretação.

4.1 TRABALHANDO OS DADOS COLETADOS

A - Nosso primeiro objetivo específico foi *identificar e compreender as demandas materiais e subjetivas apresentadas pelo segmento masculino ao profissional de Serviço Social*.

De um modo geral nas cinco entrevistas, destacam-se especialmente a necessidade material o trabalho ou a ausência dele, o acesso a benefícios de transferência de renda (extinto Bolsa Família, Aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada) ou a segurança alimentar (cesta básica), e o acesso a documentação (RG, CPF, Certidão de Nascimento/Casamento e Carteira de Trabalho). Seguem abaixo, algumas falas dos sujeitos que entrevistamos e que podem clarear como o Serviço Social vem trabalhando suas demandas e algumas de suas dificuldades.

“[...] os homens tendem a não se abrir. Tendem a não falar sobre isso e se falam é muito superficial. Eles tem essa dificuldade de falar de emoções. E principalmente com a gente que está num papel ali de profissional, então eles não tem essa facilidade de falar com a gente, tanto é eles raramente nos acessam. Então a gente acessa através das atividades que eles fazem, a gente para para conversar, pergunta como que tá, como está a família, agora na pandemia a gente fez muitas ligações por conta do distanciamento e das atividades terem ficado suspensas por um tempo, agora que ta retomando presencial. Então é difícil conversar com eles, é difícil tirar ou extrair alguma coisa nesse sentido.” (Entrevista 1 – Assistente Social I, Centro de Convivência do Idoso, Serviço de Proteção Social Básica, Política de Assistência Social)

“Enquanto atendimento, na verdade, a gente tem pouco acesso a esses homens. A gente tenta trazer homens para os atendimentos, mas a maior parte deles não comparece. Para não falar que não comparece, teve um caso sim que compareceu, em que as crianças estavam com o pai, e ele sim trouxe algumas demandas. E as demandas que ele trouxe foram que ele estava com os cuidados dos filhos, então foi a questão financeira porque ele sem trabalho, apenas realizava atividades informais, e subjetiva eu não consigo me lembrar de nada agora nesse momento. Cuidados assim, que ele estava com as crianças e ele não estava exercendo. Então a gente trabalhava a questão do cuidado.” (Entrevista 2 – Assistente Social II, SESF - Serviço especializado de proteção social à família, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Política de Assistência Social).

“Tem alguns tipos de homens. Geralmente é o homem que vai acompanhar a mulher que vai pela demanda como uma forma de fiscalizar, então ele vai para acompanhar e gerenciar. Geralmente a mulher que faz o pedido, mas ele vai para acompanhar, ver se é aquilo isso mesmo, ver o que ela vai fazer lá. Tem um perfil que é muito parecido aquele homem que é denunciado pela violência, ou enfim, que tenha uma situação que mesmo não seja denunciada [suspeita], mas que ele vai para garantir assim que aquilo não vai ser dito, então ele vai para uma forma de intimidação e tem o homem que vai enquanto solicitante de programas, de auxílios, de alguma orientação, mas de uma maneira pontual assim, ele vai buscar essa orientação pontualmente.” (Entrevista 3 – Assistente Social III, DOAS –

Distrito Operacional de Assistência Social, Proteção Social Básica, Política de Assistência Social).

“Eu acho que a principal necessidade que chega sempre é a questão do benefício né, como eu sou a única assistente social do equipamento, chega sempre pra mim a questão de benefícios socio assistencial e previdenciário. A maioria sempre sem contribuição [previdenciária] a muitos anos, sempre com alguma comorbidade psíquica. Sobre as necessidades subjetivas, é raramente, só aparece a questão subjetiva quando questionado quando não tem perfil para o BPC, aí aparece outras questões.” (Entrevista 4 – Assistente Social IV, CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Serviço de Saúde de Mental, Política de Saúde)

“É material e subjetivo na verdade, as duas coisas. Tem uma questão também, que a pessoa que está nesse nível de vulnerabilidade, na alta complexidade, geralmente essa população de maneira geral precisa comer, por exemplo, então as vezes a refeição seria um dos pedidos na verdade, mas as vezes até um objetivo de estar no pronto-atendimento, porque é no momento que eles estão mais vulneráveis, estão mais fracos e enfraquecidos inclusive da saúde né, então a alimentação é parte importante da coisa. Eu diria que 100% dos casos ali a alimentação entra como um pedido, não como a principal, para alguns sim para alguns não, mas tanto é que é uma orientação que eu já fiz com minha equipe de dizer “olha, quando o paciente tá de alta e eu ainda não cheguei, pra tentar pelo menos ofertar [alimentação]”, porque a equipe de enfermagem é uma equipe de trabalho que é um trabalho que tá ali na lida o tempo inteiro, mais dinâmico e aí eles acabam sendo ou por ser um trabalho mais dinâmico, não faz e não é um trabalho muito mais humanizado sabe, porque é um trabalho produtivo, porque “olha, preciso dar alta porque tá vindo outro paciente aí”[reprodução da fala da equipe de enfermagem pelo entrevistado].” (Entrevista 5, Assistente Social V, Unidade de Pronto Atendimento – UPA – Política de Saúde)

É possível constatar alguns aspectos e mesmo algumas contradições apresentadas pelos sujeitos atendidos pela política de assistência social: os homens dificilmente verbalizam suas necessidades (materiais e subjetivas) e mantêm como porta-voz, suas companheiras. As três entrevistadas declaram que a manifestação do segmento masculino é rara nos serviços de assistência social, quando comparada aos dois profissionais que atuam na política de saúde; os companheiros só aparecem quando intimados para acompanhar sua companheira a partir de uma postura fiscalizadora. Já nos dois serviços de saúde

o quadro se inverte. A presença do segmento masculino é maior e possui uma demanda de necessidades materiais em grande escala, principalmente para benefícios, alimentação e acesso a documentação.

No que tange as necessidades de natureza mais subjetivas, ou aquelas que perpassam o universo das emoções, desejos, sentimentos, identidade, medos, esta é uma perspectiva pouco observada pelos cinco profissionais. Primeiro, pelo fato de que a formação profissional do Serviço Social não explora esta perspectiva, o que resulta em não observar os reais motivos de insegurança, o contexto histórico e a relação de afeto intrafamiliar, que poderia sinalizar melhor as particularidades da população atendida; segundo, o fato de que o atendimento no campo da política de assistência social, os homens não dialogam sobre suas questões materiais e transferem para suas companheiras, as questões de natureza subjetiva. Quando convocados aos atendimentos sob a ótica de violação de direitos (serviços que atuam na média complexidade), essas questões aparecem de forma tímida e muitas vezes empobrecidas em sua manifestação, muito provavelmente pela dificuldade que os homens encontram em lidar com sua subjetividade.

No campo da saúde, percebemos pelas falas de nossos entrevistados que as necessidades de natureza mais subjetivas aparecem não diretamente para o Serviço Social, mas sim para outras categorias profissionais; no serviço de saúde mental (CAPS AD), operam as profissionais de psicologia, terapia ocupacional e medicina psiquiátrica. Embora o trabalho seja estruturado em uma perspectiva inter e multidisciplinar, na prática, acaba sendo objeto de atuação exclusivamente do Serviço Social demandas de caráter material, mas ocorrem de modo mecanicista direcionada mais para o acesso a um benefício ou à informações sobre o sistema de garantia de direitos. Apesar da importância destas atividades, a capacidade crítica, política, reflexiva não é exercida pela profissional, que quase sempre se mantém à mercê dos dispositivos de poder institucionais, de caráter não governamental, baseadas em regras, missões e/ou dogmas. Este serviço não se difere do outro equipamento de saúde (urgência e emergência), de caráter estatal, pois o profissional informa que o imediatismo e as práticas mecanicistas também são cobrados pelos agentes de sua equipe (enfermagem e medicina), em decorrência da ordem de poder estabelecida no espaço que ocupa. Ou seja, as atuações profissionais são realizadas no contexto

da disciplinaridade de cada área que domina o espaço de cuidado da saúde no serviço de urgência e emergência. Portanto são práticas mecânicas, genéricas e pouco humanizadas, pois o objetivo comum deste serviço é a alta hospitalar em curto prazo de tempo.

Mesmo não integrando uma equipe de saúde mental, o profissional da unidade de pronto atendimento, acaba realizando atendimentos socioindividuais de forma limitada, em decorrência do caráter expresso no serviço de urgência e de emergência. Segundo o profissional, há demandas subjetivas a serem acolhidas, trabalhadas e resignificadas, entretanto, não conseguem realizar esse trabalho devido à estrutura já estabelecida pela equipe de medicina e de enfermagem.

No geral, constamos a partir das falas dos entrevistados, que as necessidades materiais e subjetivas apresentadas pelo segmento masculino permeiam um universo complexo, contraditório, de espaços de luta, disputa e poder, que atravessam não só o trabalho profissional do serviço social, como também a forma que este sujeito irá se relacionar nestes espaços.

Se de um lado (na assistência social) o segmento masculino tem dificuldade de verbalizar suas necessidades, do outro (saúde) existe uma carência na proposta de intervenção para acolher as demandas desta natureza com as populações.

É possível que a dificuldade para estabelecer maior diálogo nos serviços de assistência esteja atrelada à histórica herança que predomina nesses equipamentos quanto ao modo de prestar atendimentos às famílias que necessitam desses serviços. De um ponto de vista mais geral podemos dizer que estes espaços sempre foram mais acessados pelas mulheres, que ao longo da história, foram colocadas neste lugar de dependência, de curatela, de necessitadas e de vítimas. É mais fácil o homem enxergar estes serviços como dispositivos de caridade, do que espaços legítimos de acesso a direitos. O homem geralmente mantém-se distante da caridade em nossa cultura; ele é o provedor, em alguns casos é até aquele que ajuda, mas não pode, pela ordem heterossexista, depender de um benefício ou da “ajuda”.

A construção social da masculinidade prevê o homem viril, forte, bruto, capaz de mover montanhas e matar leões. No campo simbólico, depender de algo material, é assumir uma derrota no universo da meritocracia.

Já nos serviços de saúde, como veremos mais adiante, o perfil desses homens atrevessem o campo do sofrimento psíquico de forma severa e abusiva, expressas no uso de alguma substância psicoativa. São homens mais excluídos, geralmente solitários, abandonados, já derrotados anteriormente por diferentes circunstâncias na vida, observados mais timidamente pelo Serviço Social em seus aspectos subjetivos. Timidamente porque a construção do machismo impede que homens dialoguem com mulheres sobre suas fraquezas, limitações, insuficiências. Em uma profissão, majoritariamente feminina, dificilmente existirá uma construção de diálogos em uma perspectiva reflexiva, crítica sobre as reais dificuldades vivenciadas por aquele sujeito, especialmente pela cultura machista. O profissional masculino entrevistado, consegue estabelecer mais diálogos sobre as questões mais subjetivas do que a profissional que atua no CAPS AD. Claro que a estrutura de trabalho destes serviços interfere nessa interação, por isso, importante lembrar que os espaços institucionais são responsáveis pelo espaço para a realização de diálogos entre sujeitos e profissionais, profissionais e sujeitos, profissionais e profissionais e, conseqüentemente, pela estrutura e execução de suas responsabilidades interativas e técnico-operativas.

Observamos, assim, que o segmento masculino apresenta dificuldades para falar de suas reais necessidades (materiais e subjetivas), tanto do ponto de vista individual quanto institucional que geralmente mantém uma estrutura fragmentada, mecanicista e pragmática que castra atuações profissionais em decorrência das políticas vigentes, relações de poder e de disputas desses espaços. Em decorrência do que observamos surgiram algumas perguntas que merecem destaque para trabalhos futuros: por que homens em condições de extrema vulnerabilidade recebem atenção tão limitada e mecanicista das instituições? Será que estamos reproduzindo, em nossas ações profissionais, a lógica do patriarcado, do machismo, não só no aspecto de responsabilização e vitimização da mulher, mas também na cobrança por homens estruturalmente poderosos, potentes, suficientes, sem dúvidas, cheios de si e até perfeitos?

B - Nosso segundo objetivo específico refere-se a *analisar o cotidiano da prática do/a assistente social no atendimento socioindividual ao segmento masculino*. Nossa prioridade consistiu em identificar como o trabalho era

desenvolvido, se havia uma metodologia de trabalho constituída, se realizavam ou não atendimentos socioindividuais e interação com os espaços institucionais.

Algumas falas das entrevistas iluminam nossa reflexão sobre o desenvolvimento das práticas profissionais nestas instituições:

“Então o forte da instituição desde que ela iniciou mesmo, são essas atividades que eles fazem já a muito tempo, que são as atividades físicas, as atividades esportivas, que são as oficinas. Quando a gente chega com uma proposta de grupo, tem sim uma dificuldade mesmo para o público adulto idoso, tem uma resistência, mas a gente está quebrando essa barreira aos poucos, é uma equipe nova. E tudo que a gente identifica até no próprio grupo que a gente está fazendo, damos continuidade no individual sabe, então a gente faz os atendimentos individualizados quando a gente percebe que existe uma demanda importante para se trabalhar, a gente articula com a rede [de serviços socioassistenciais no território, como o centro de saúde por exemplo], a gente articula muito com a saúde, a gente tem articulado muito com a saúde mental porque tem muitas pessoas com depressão e com questões de sofrimento emocionais.” (Entrevista 1, Assistente Social I, Centro de Convivência do Idoso, Proteção Social Básica, Política de Assistência Social)

“Por conta da pandemia teve umas diferenças, tanto nos atendimentos e principalmente nos grupos. A gente iniciou o SESF nessa instituição no meio da pandemia, então desde então a gente não tinha executado nenhum grupo. Agora com o retorno das atividades presenciais a gente está com dois grupos, de roda de conversa, que é o grupo de mulheres e o grupo de adolescentes, meninas adolescentes. Não realizamos nenhum projeto para ou pensou para os meninos. Então foi uma questão da instituição mesmo. Não porque a gente não queria, mas sim porque neste momento de iniciação do projeto foi com as meninas.” (Entrevista 2, Assistente Social II, SESF – Serviço Especializado de Proteção Social à Família, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Política de Assistência Social).

“A nossa organização não tinha uma diretriz pronta assim, mas era mais ou menos uma ideia de tentar manter o atendimento individualizado para cada perfil. O homem que vai para acompanhar a esposa a gente envolveu para responsabilizá-lo, para que ele se sinta como parte, aí depende muito do caso. Então nesse caso para responsabilizá-lo ele estaria hora junto no atendimento conjunto, hora em atendimento individualizado para tratar da demanda que a

mulher veio trazer. Quando era demanda referenciada, caso de violência e ou o homem fazia parte da violação enquanto negligência ou violência, aí a gente mantinha os atendimentos individualizados, mas a gente fazia sim os atendimentos com ele, mas não na linha do enfrentamento com ele, mas era mais de compreender a dinâmica daquela violação a partir do conhecimento daquela história.” (Entrevista 3, Assistente Social III, DOAS – Distrito Operacional de Assistência Social, Proteção Social Básica, Política de Assistência Social)

“Temos aqui o acolhimento, que é o plantão de atendimento. Os profissionais que estão de plantão fazem esse primeiro atendimento, essa escuta, para pensar um PTS inicial, o que de imediato da pra se pensar. E aí então [depois desse processo], ele é encaminhado para o grupo de referência [equipe multiprofissional de referência que irá realizar o seu acompanhamento no serviço]. E a gente fica dividido em território [no caso aqui, em bairros], por centros de saúde. Então a gente faz essa discussão em miniequipe, aqui a gente é dividido em mini1 e mini2. A mini1 fica com os bairros aqui adjacentes do CAPS e a mini 2 com os bairros mais pro fundo. O meu território é o Bassoli e o Floresta.” (Entrevista 4, Assistente Social IV, CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Política de Saúde)

“[...]E acaba que a construção acaba sendo um pouco mais difícil, não é uma dupla psicossocial. E a realidade do pronto-atendimento é uma realidade um pouco complicada, porque é um lugar que funciona 24 horas, então o tempo que a pessoa tá lá é o tempo que dá. A gente não tem o hábito de fazer discussão de caso, a discussão de caso as vezes acontece no corredor ou na minha sala, quando o enfermeiro vai lá falar de um caso específico, e a gente discuti em 5 a 10 minutos aquele caso, pra gente tentar decidir. Então a dinâmica é muito dinâmica, e ela é muito fluída. E eu consigo fazer abordagens diferentes para cada caso, mas isso é bom para alguns casos, mas muitas vezes eu não consigo fazer a abordagem que eu gostaria porque a demanda do hospital é outra. Então existe um processo muito grande de contradições com a equipe, da equipe não concordar por exemplo com minha avaliação e laudo social. A minha avaliação ou laudo social principalmente é uma coisa que incomoda muito a equipe, porque se depender de mim eu vou deixar muita gente no hospital.” (Entrevista 5, Assistente Social V, UPA – Unidade de Pronto Atendimento, Política de Saúde)

Percebemos que cada profissional utilizava um tipo de metodologia de trabalho fundamentada especialmente nos dispositivos legais institucionais, ou na famosa “missão da organização”. Todos partiam de um mesmo dispositivo: trabalho interdisciplinar. A metodologia de trabalho do assistente social, nos cinco espaços, era constituída de forma interdisciplinar e multiprofissional, pelo menos, assim é por eles/as pensado.

A organização de trabalho dos serviços da assistência social era comum, pautada em atendimentos sociais, grupais, visitas domiciliares, discussões de caso na rede de serviços intersetoriais e grupos reflexivos. No serviço de Convivência do Idoso ainda aparecem oficinas socioeducativas e esporte. Os três serviços seguem este mesmo padrão de metodologia de trabalho, conforme necessidades apresentadas no cotidiano.

Na política de saúde, o desenho era parecido entre os serviços que prestam o cuidado em saúde, contendo uma diversidade maior de categorias profissionais. No CAPS AD a proposta de trabalho é baseada no Projeto Terapêutico Singular (PTS). Dispositivo de trabalho configurado para atender as necessidades dos sujeitos em sofrimento psíquico, utilizado e acessado inclusive por assistentes sociais. A construção desse PTS se dá em conjunto com o usuário, em perspectiva interdisciplinar (pois todas as categorias de referência acessam e partilham dessa construção).

Já na Unidade de Pronto-Atendimento, o prontuário também é compartilhado entre equipe de enfermagem e medicina, porém, pelo caráter temporal do cuidado em saúde (curto), esse acervo acaba não possuindo uma instrumentalidade efetiva. Neste sentido, a estrutura de trabalho se configura em uma perspectiva de urgências e emergências, com os entraves do mecanicismo e da atuação prática genérica.

Nenhum dos cinco profissionais indicou ou relatou uma abordagem ou método específico em sua prática profissional. O projeto ético político profissional não foi mencionado, o método marxista não foi citado e nenhum outro método também foi apontado. Conclui-se, nesta perspectiva, que a estrutura da metodologia de trabalho do assistente social nestes cinco espaços, é orientada pelos interesses institucionais (de poder, luta e de conflitos).

Percebemos que o atendimento socioindividual não se configura como uma estratégia metodológica que requer conhecimentos permanecendo mais

como atendimento social, individualizado ou simplesmente como uma prática naturalizada de “atendimento”.

Existem pontos a serem analisados nesse sentido. Por um lado, o aspecto de naturalização da abordagem no cotidiano pode ser algo satisfatório, contudo, corre-se o risco da precarização do trabalho e até mesmo de uma alienação por evitar discussões e reflexões mais complexas.

Como vimos, a subjetividade e o atendimento individual em serviço social, em decorrência de nossa história, remete a receios, lacunas, medos, angústias e até retaliações no universo atual da prática profissional. Se não tivermos uma formação que coopere na identificação da complexidade da vida humana, nossos atendimentos prestados serão genéricos, vazios, mecanicistas e puramente na ordem do controle e reparação social.

Ao identificarmos as lacunas que dificultam a prática no cotidiano profissional, considerando os limites, os conflitos institucionais e a dinâmica das relações sociais, mediadas pelo heterossexismo, racismo, capitalismo e nossas interações com o mundo a partir de nossas emoções e desejos, sugerimos metodologias de trabalho que superem práticas de domínio e opressão.

Uma prática orientada exclusivamente por ordenamentos institucionais, “missões” e dispositivos de poder/controle, não rompem com ideais violentos e opressores. Ao contrário, colabora para que sejam mantidos. É claro que o assistente social precisa dialogar com a organização destes espaços, pois é uma categoria que vive do trabalho assalariado. Entretanto, necessita encontrar um caminho para que essas estruturas não interfiram inteiramente na sua prática. Talvez este seja um dos maiores desafios contemporâneos, ou seja, batalhar por uma outra ordem de funcionamento da vida no mundo. E assim surge outro questionamento que pode alimentar futuras discussões: como manter uma postura profissional emancipatória em um universo normativo, disciplinar, contraditório e de disputas de poder?

C - Nosso último objetivo específico consistiu em *identificar a expressão da subjetividade do segmento masculino na prática profissional*.

Consideramos que trazer a dimensão subjetiva para a pauta do trabalho cotidiano do assistente social tem um significado importante para aprendermos melhor a história dos sujeitos, seu contexto, suas expectativas, dificuldades, não

somente a perspectiva da materialidade da vida como também seus sentimentos, mágoas, receios.

A partir dos depoimentos que se seguem desenvolvemos algumas reflexões sobre esta questão.

“Então eles estão lá há muitos anos e os que são novos chegam por demanda espontânea e eles vão em busca de atividade física ou informática porque eles querem aprender a mexer no computador, aprender a mexer no celular e usar essas ferramentas que até então eram desconhecidas, mas com a pandemia aumentou. Na verdade, é uma forma de comunicação e de socialização. A gente percebe também que muitos homens mais idosos eles querem aprender a mexer nessas plataformas e celular para chat de namoro, para entrar em grupos e sites de relacionamento. Então os homens que nos procuram, nos procuram para isso e não participam de nenhuma outra atividade.” (Entrevista 1, Assistente Social I, Centro de Convivência do Idoso, Proteção Social Básica, Política de Assistência Social)

“Sim, tinha questões de uso de substâncias [substâncias psicoativas], também existe a questão de violência, e nesse caso em específico que citei, o homem foi autor de violência contra a mulher que era a ex companheira dele. Mas pensando, acho que são essas três questões mesmo que pega [trabalhador desempregado, uso de SPA e autor de violência]. Para você ter uma noção, dessas trinta metas, dois casos a gente fez no mesmo período encaminhamento para comunidade terapêutica. Então essa questão do álcool e de outras substâncias aparecem bastante, algo bem gritante, e mesmo que no caso a gente não tenha o contato são os relatos das mulheres que trazem.” (Entrevista 2, Assistente Social II, SESF – Serviço Especializado de Proteção Social à Família, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Política de Assistência Social)

“Acho que a gente precisaria olhar e refletir mais sobre a reprodução social também como uma manutenção das mulheres em situação de violação [de direitos], e que tem muito a ver com a não separação completa da igreja nesse histórico do serviço social atrelado a religião né?! Então a gente continua reproduzindo essa ordem né?! De que a mulher ela tá voltada, por mais que a política tenha tido muitos avanços, na prática os agentes que operacionalizam a política acabam reproduzindo isso em todos os níveis, em níveis de gestão, nível operacional. Eu acho que o olhar do machismo tem que ser discutido, o papel e

a binaridade em que a gente trabalha as coisas. A questão da reprodução social, eu acho que a gente tem que se ver mais enquanto cientistas, porque eu acho que a gente segue ainda de mãos dadas com a nossa história da ligação com a filantropia, com a igreja, por mais que a gente tem uma política que luta aí para se manter. Porque assim, dá para perceber a mudança que deu de 2016 para cá, a gente sabe a pressão que existe, por exemplo, dos outros órgãos nos afetam diretamente. Então o judiciário começa a ter mais moralistas, atuando mais nessa linha repressora e aí nos pressiona para isso, conselho tutelar, outros órgãos, outros serviços, e aí eu acho que enquanto a gente não se vê enquanto cientistas mesmo a gente acaba reproduzindo algumas coisas da filantropia e desse histórico de primeiro damismo, de religiosidade, etc.” (Entrevista 3, Assistente Social III, DOAS – Distrito Operacional de Assistência Social, Política de Assistência Social)

“Então tem chegado aqui pra mim no CAPS, são público diverso, mas são homens a cima de 40 anos, maioria negros, com essa questão do uso bem problemático, um uso desde a adolescência, a maioria dos casos desde os 13/15 anos de idade, parecido casos de abandono familiar, de sofrer várias violações desde criança, e aí é aquele ciclo de violência, o cara sofreu violência desde a infância/adolescência, e casos de abusadores, também no momento tem aparecido bastante jovens, ultimamente tem aparecido meninos jovens de 20 anos de idade, em circulação de rua, uso problemático também de substâncias, e sempre nesse contexto de violência familiar.

[...] Eu acho que um campo para mim que foi difícil eu acho que é essa questão da subjetividade mesmo, né, para dentro da formação né. Inclusive das questões de saúde mental, eu não me lembro de nada na graduação, inclusive da população de rua mesmo sabe?! Eu acho que só tive acesso por parte mesmo de interesse né, porque na formação teve pouco. Eu não sei porque na formação se é por conta da metodologia da faculdade, da graduação, e eu vou citar onde me formei, na UNESP, que foca muito numa abordagem mais ortodoxa. Para dentro até da matéria da psicologia que temos [disciplina incluída na grade curricular do serviço social] na graduação, que tivemos apenas um ano de desenvolvimento apenas. Então eu acho que seria isso, uma reflexão para além do método.” (Entrevista 4, Assistente Social IV, CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Política de Saúde)

“Dentro do pronto-atendimento, que é um pronto-atendimento do SUS, a maioria dos homens que eu atendo são pessoas em situação de rua, pessoas com grau de vulnerabilidade alta, de alta complexidade. A maioria deles, a maioria que chega pra mim são esses homens. O perfil geral é: pessoa em situação de rua, maioria negros, usuário de substância [psicoativas e álcool], na maioria das vezes usuário de substâncias, ou com alguma comorbidade de saúde mental, pacientes de saúde mental não só pelo uso de substâncias, mas também por uma outra comorbidade, é esquizofrênico, transtorno bipolar.

[...] E aí, quando você me pergunta isso, pensando nessa população que carrega dentro de si um machismo que todos nós carregamos, mas que talvez eles até carreguem mais, porque a gente tenta ainda fazer uma desconstrução, por conta da nossa profissão. Porque as outras profissões que eu trabalho não pensam em fazer uma desconstrução das masculinidades, dos machismos e dos preconceitos. Mas a gente, por conta da nossa profissão, a gente faz, mas a gente é machista também, então o que essa população carregada a gente também carrega. Pensando nisso, fico refletindo o quão importante é talvez ter políticas e programas que ajudem a fazer um trabalho de educação social e educação popular a essa população. De maneira geral eu acho que falta esse olhar, não para o agressor [especificamente], mas para a pessoa que reproduz machismo, que reproduz preconceito e que é e está marginalizada dentro da sociedade, porque se nem um médico que tem formação não faz uma desconstrução, como uma pessoa que ali depressiva, usuária de substância, em situação de vulnerabilidade, como ela vai fazer discussões do próprio machismo e lidar com os próprios preconceitos, eu acho que isso é importante fazer. (Entrevista 5, Assistente Social V, UPA – Unidade de Pronto Atendimento, Política de Saúde)

Desse modo, foi necessário observar qual era o perfil do segmento masculino atendido nestes espaços de poder por assistentes sociais. Como mencionamos anteriormente, essa questão foi apresentada de forma tímida e/ou genérica, para ponderarmos a noção de “perfil” de nossas/os entrevistadas/os.

Analisamos que o perfil atribuído ao segmento masculino é mensurado a partir da sua condição de vulnerabilidade, ou seja, o homem que se apresenta é um homem com problemas e muitas vezes ele é o problema/demanda. As categorias “usuário de substâncias psicoativas” e “autor de violência”, por exemplo, constituem aspectos de identidade dos sujeitos que se apresentam nas

quatro, das cinco entrevistas realizadas (só não aparece no Centro de Convivência do Idoso).

O ponto comum está no sofrimento psíquico¹⁷ identificado nas cinco entrevistas. Quando esse sofrimento não é identificado por um quadro depressivo, de abandono, ocorre então, por estes outros dois motivos (Uso de SPA e Violência).

O racismo e a LGBTQIA+fobia aparecem em duas entrevistas. O racismo na entrevista 4 e 5 e a LGBTQIAfobia na entrevista 5. Embora exista um debate complexo sobre identidade *versus* coletividade, seria negligência não considerar essas duas manifestações como parte constituinte das expressões da subjetividade humana e da vida social. Primeiramente porque ser negro/a em um país racista e ser gay/lésbica/travesti/transexual em um país homofóbico implica em um processo de vida permeado por preconceito, violência, opressão, abandono e sofrimento psicológico.

O machismo aparece nas cinco entrevistas. Os cinco profissionais relacionam condições de vulnerabilidade social às manifestações do patriarcado, colocando o homem como detentor de privilégios, ou atormentado por uma crise de masculinidade por depender de um órgão da assistência social. Nesse aspecto, o homem incorpora o opressor ou autor de violência.

Observamos no trabalho com homens na entrevista 1 (Centro de Convivência do Idoso) a procura ocorre pelo interesse que manifestam pelas oficinas de informática com o propósito de aprender a manusear aparelhos eletrônicos para interação virtual com amigos, comunidade, família, apreender em especial a acessar sites de relacionamento e até mesmo de namoro.

A afetividade aparece timidamente nos relatos, pois o grande destaque foram os motivos que conduziram aqueles homens a estarem inseridos em um serviço e terem que ser acompanhados. A mais expressiva foi a entrevista 5 (Unidade de Pronto Atendimento), em que o profissional relata que existe uma afetividade significativa entre pessoas em situação de rua e animais, especialmente com cachorros. Estes animais acabam se tornando família

¹⁷ O sofrimento psíquico foi tematizado diversas vezes pela psicanálise: sintomas, inibições, angústias, distúrbios de caráter, compulsões à repetição. Para a tradição lacaniana, o modo de apresentação destas variedades clínicas do sofrimento psíquico tem pouca importância. Priorizam seus modos de representação nas relações.

dessas pessoas, acompanhando sua movimentação e inserção nos espaços sociais. Destaca, inclusive, o caso em que o animal precisou ser levado com o seu parceiro (o usuário) para o pronto atendimento, porque o homem não queria ser atendido sem ele.

Trabalhar também as necessidades subjetivas dos homens que procuram nossos serviços não deixa de ser um desafio porque nossa formação pouco trata esta temática e não prepara seus profissionais para esta finalidade. Se existe interesse em aprender informática e novas tecnologias, este espaço pode ser aproveitado para diferentes interações e conhecimentos inclusive sobre direitos e cidadania. Ou, ainda propor reflexões importantes sobre família e cuidados em saúde. Essa sensibilidade abstrata e subjetiva carece no serviço social, pois em uma profissão que insiste em lidar exclusivamente com a materialidade da vida, negligencia possibilidades de atuação que ultrapassem métodos genéricos ou que se limitem às dimensões conjunturais e estruturais da realidade social.

O pouco conhecimento e ações dirigidas a questões relativas ao racismo e LGBTQIAfobia demonstra pouca intimidade com aspectos que são pilares da desigualdade social no Brasil. E é aqui que a interseccionalidade é muito importante para compreender a complexidade das relações sociais. O homem branco, detentor dos meios de produção (burguês capitalista), não é o mesmo homem negro homossexual desempregado que vive na periferia. Ou ainda, um homem em situação de rua, que agride sua companheira também em situação de rua, não é o mesmo homem que agride sua companheira no seio domiciliar. Embora estes homens ocupem lugares socialmente diferentes, não devem ser colocados exclusivamente no mesmo lugar genérico de “opressores, violentos e marginais”. A interseccionalidade propõe uma leitura a partir dos recortes de classe, gênero, raça e orientação afetivo-sexual, que contribui para definir o perfil destes homens em condições de subalternidade e reprodutores da “síndrome do pequeno poder”. Nosso intuito não é vitimizar os homens ou acobertar suas atitudes de privilégios em uma sociedade patriarcal, mas propor uma reflexão a partir da complexidade da vida humana e de suas relações.

Inserir pautas reflexivas sobre racismo, lgbtqia+fobia e machismo em nosso cotidiano de trabalho requer um exercício diário, paciente e estratégico de relações para poder lidar com contextos de intolerâncias religiosas, ideológicas, sexistas e racistas. Se estas pautas não apareceram com frequência,

entendemos que os espaços institucionais assim como os acadêmicos, serão responsáveis (mesmo que indiretamente) pelo frágil trabalho social que realizamos. E neste sentido, é importante o fortalecimento do processo de formação acadêmica, de maiores relações entre as áreas do saber, de ultrapassar uma única linha de pensamento teórico e encarar a diversidade da vida como mutável, dinâmica e incerta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não apenas através dos objetivos propostos nesta pesquisa como também aqueles que os ultrapassam, derivam algumas de nossas reflexões sobre como o Serviço Social vem realizando sua prática com o segmento masculino, seus limites e desafios.

Inicialmente percebemos através dos depoimentos obtidos nas entrevistas que nosso trabalho profissional e cotidiano seria mais enriquecedor se pudéssemos manter um espaço de interação maior com nossos usuários e relacional entre os próprios profissionais, articulando maior conhecimento e preparo para atender a diversidade da população (em especial pessoas negras, sujeitos masculinos e aqueles pertencentes à comunidade LGBTQIA+). Mas, como observamos, os desafios enfrentados pelos profissionais atualmente na pandemia, os medos, as inseguranças e as incertezas, não contribuíram para este feito. Talvez, também, este fato não justifique os limites que percebemos e neste sentido, precisamos conversar mais sobre a prática que estamos desenvolvendo, discutir mais sobre os conhecimentos que reunimos e o que nos falta, e ainda, sobre a dominante subserviência profissional das instituições.

Outro aspecto que merece atenção refere-se a pouca ou frágil manifestação do segmento masculino quando atendido nesses serviços. Pode ser que tenhamos dificuldades em interagir com o segmento masculino, considerando as dificuldades que os profissionais enfrentam em seu cotidiano para construir vínculos importantes com esta população.

Seria muito importante complementar esta pesquisa obtendo depoimentos também de nossos usuários masculinos que procuram nossos serviços. Entretanto, o curto tempo do mestrado agravado pelos limites causados pela pandemia que vivemos, influenciaram diretamente em nosso campo investigativo.

Mas constatamos que o segmento masculino procura pelo Serviço Social quando pressionado por necessidades da vida material. O emprego, o trabalho, documentação são os mais importantes motivos que resultam do momento difícil que vivenciamos na sociedade capitalista de classes. Homens pretos e vulneráveis, diferentes dos homens brancos burgueses e heterossexuais, necessitam estar inseridos nessa lógica para a sobrevivência. É exigido para

estes homens uma posição do trabalho assalariado; assim, ele só existe se for reconhecido a partir desse *status quo*. O homem desempregado e afastado desses moldes é considerado invisível aos olhos da sociedade, derrotado e impotente, reprodutor de uma lógica patriarcal criada para dominar corpos e manter privilégios de poucos.

Esse homem reproduz a lógica do patriarcado ao evitar reconhecer um benefício como um direito e vincula sua derrota pelo espectro da “ajuda e caridade”.

Do ponto de vista da subjetividade percebemos que são homens que se sentem fracassados, que já perderam tudo: família, laços afetivos, amigos, sonhos e desejos. Como resultado da solidão que passam a vivenciar começam a usar substâncias psicoativas e tornam-se invisíveis em nossa sociedade. O reconhecimento do necessário benefício previdenciário representa para este segmento a comprovação maior de seu fracasso, carregando o estigma de incapacidade laboral, social e de convivência.

O segmento masculino atendido nestes espaços atrela sua posição de privilégio (do gênero) principalmente sobre outros corpos, o das mulheres, para exercer a síndrome do pequeno poder. Por vezes usa da violência e da opressão ao feminino como comportamento natural, pois foi ensinado a dominar, explorar, controlar e castrar tudo aquilo que difere da sua ordem, inclusive de si mesmo.

O que estiver no campo das necessidades materiais para ele dignifica, pois revela sua fragilidade de acesso aos bens da sociedade e a importância da sua força de trabalho. E a dimensão subjetiva precisa ser escondida, castrada e anulada, pois homens não podem expressar seus sentimentos; quando aparecem, denotam fraqueza, dependência, violência e reafirmam diferentes julgamentos (viciado, marginal, louco, pedófilo, doente, abusador, incapaz, imperfeito, pobre, favelado, gayzinho, mocinha, mulherzinha, pretinho, escurinho, mariquinha, bichinha, boiola, viado, tizil, encardido, sujo, fedido, macaco, irracional, nojento).

A lógica machista, que também é racista e lgbtqia+fóbica, oprime e violenta homens, não na mesma proporção e intensidade que as mulheres, mas executa sua sentença naqueles que não a obedecem: são punidos pelo fracasso e pela fraqueza, enjaulados em prisões físicas e mentais para manter a ordem.

Do ponto de vista da análise do cotidiano da prática do/a assistente social no atendimento socio individual ao segmento masculino este está permeado por disputas institucionais. Michel Foucault (edição 2014) em sua obra Vigiar e Punir, nunca foi certa ao analisar as configurações das instituições e suas formas de poder. O cotidiano da prática do/a assistente social no atendimento socio individual ao segmento masculino é atravessado por espaços de disputa nas instituições, entre categorias/disciplinas profissionais e verdades absolutas. Mas todas seguem a mesma lógica: viajar corpos e condená-los, avaliá-los, cuidá-los, judicializá-los e “salvá-los”. As instituições acreditam firmemente que salvam pessoas, mas o que acontece é a permanência e sustentação da tecnologia de aliança, de poder ¹⁸, também alertada por Foucault, no que diz respeito a ordem que detém os poderes. Ter essa consciência, apoia o profissional assalariado a compreender o local que ocupa nas relações sociais e humanas. Ele vive desse trabalho e pactua institucionalmente com diretrizes de manutenção de controle sobre corpos e condutas. Assim, desenvolver um projeto político emancipatório está longe de ser uma meta de trabalho, muito menos de integrar os instrumentais técnico-operativos da ação.

O atendimento socio individual como apresentamos no Capítulo II deste trabalho, não existe e não é executado em nenhum dos espaços entrevistados. Observamos que o atendimento é precarizado pelas relações de poder institucionais que seguem a lógica da tecnologia da aliança, pelas disputas das disciplinas em “quem sabe mais e quem pode mais sobre o corpo do outro” e pelo dinamismo que cada serviço vivencia em seu cotidiano. Também é precarizado porque os profissionais estão sucateados, se sentindo frustrados, adoecidos e desesperançosos com a atual conjuntura política, econômica e social do país. Não há espaço de confronto nem de diálogo, pois esses profissionais precisam pagar suas contas no fim de todo mês.

Outro motivo que precariza a execução da abordagem socio individual é a própria formação profissional. Desde o rompimento com os antigos métodos de Serviço Social de Casos, Grupo e de Comunidade e a adoção da teoria

¹⁸ Para Foucault o poder é constituído historicamente. São formas heterogêneas, em constante mutação e transformação. Ele indica que o poder está por toda parte não estando em uma instituição ou em uma pessoa específica. Mas se encontra nas relações sociais, sendo estas ações que desencadeiam outras ações, uma sobre as outras.

marxista (especialmente a partir da década de 90) como eixo condutor de compreensão da realidade social testemunhamos certa negligência a tudo quanto se remete a subjetividade, pois equivocadamente, associa-se a perspectiva da subjetividade ao antigo serviço social de caso, grupo e comunidade¹⁹.

A categoria profissional virou as costas para sua história e se afastou daquilo que sempre fez desde o seu nascimento: atender pessoas em suas necessidades singulares e coletivas. Com isso, perdeu oportunidades de ampliar seu senso crítico, instrumentalizar suas ações e fortalecer seus conhecimentos e dispositivos teóricos metodológicos e práticos. Negligenciou a formação técnica profissional ao extrair conteúdo dessa natureza de sua grade curricular. Empobreceu a formação técnica e consequentemente contribuiu para o ajustamento da profissão em espaços institucionais que desenvolvem práticas mecanicistas e operacionais genéricas. O rompimento com sua herança histórica de modo radical (e até negligente) custou e ainda custa caro para o Serviço Social contemporâneo.

Observamos assim, inclusive em nosso cotidiano de trabalho, que a ausência de discussões mais aprofundadas sobre subjetividade, poder, relações institucionais na formação profissional, violências, raça, o universo LGBTQIA+ fobia carecem passar do patamar discursivo-político e integrarem-se em modos de operação técnico-prática, com maior aproximação às demandas da profissão.

O percurso da história muda, olhar os fatos históricos e suas mudanças, nos convida a pensar em estratégias de superação de situações complexas, difíceis. E essas estratégias superam uma vertente interpretativa; sempre serão necessários diferentes conhecimentos, de diversos autores e perspectivas para aprendermos a trabalhar com a dinâmica da realidade social, política, econômica, mitológica, simbólica, entre outras, para lidarmos com os confrontos, as contestações, as problematizações e chegarmos a propostas permissíveis de mudanças.

¹⁹ Duas obras contemporâneas tratam destas questões: o livro organizado por Rodrigues (2016) em seu Capítulo I *Serviço Social e o atendimento socio individual* de autoria de Sandra Eloiza Paulino já mencionado em nosso segundo capítulo, e o livro de Erivaldo Santos Morais (2021) *Subjetividade e Serviço Social – desafios para a prática profissional*.

Concluimos lembrando uma significativa fala de Sposati (2019) ao refletir sobre o modo como estamos desenvolvendo nossa prática profissional e nos alerta para o que, nas entrelinhas, nos falta na formação.

[...] quero salientar que ética e estética são irmãs siamesas. O projeto ético político exige a presença da dimensão estética. E isso não é burguesismo, é consideração a dignidade do outro. O ambiente onde se desenvolve a ação profissional possui significado, simbólico e real, de acolhida com dignidade eticamente imprescindível. Discursa-se sobre emancipação, mas há que se criar ambientes para que a emancipação flua na medida em que é fortalecida pelas condições objetivas de reconhecimento da dignidade do outro. A homogeneidade da precarização dos locais da atenção registra o baixo reconhecimento a quem é usuário. (p. 26-27)

Ora, do que adianta observar a expressão da subjetividade humana, se fomos ensinados a desconsiderá-la? Desconsiderar ou negligenciar, a história de nossos usuários pela ótica da subjetividade, sem reconhecer o racismo, a lgbtqia+fobia e o machismo, nos remete à mesma lógica catequista da era clássica da profissão. Os tempos mudaram, mas mantemos uma prática com outra roupagem e performance.

Relembro que a formação genérica pode levar a uma concepção fundada na homogeneidade e nos afastar da diversidade e da equidade. O processo de formação genérica parece se opor, do ponto de vista contemporâneo, à luta pelo reconhecimento do direito à diferença. Nesse caso, os profissionais podem se afastar de lutas moleculares, de movimentos contra hegemônicos, que, fundados mais na equidade, na diversidade, podem, de fato, estar exigindo mais do domínio específico. A especificidade exige culturalmente o domínio de linguagens e seus significados. (SPOSATI, 2019, p.24)

Neste contexto reflexivo ensaiamos a indicação de alguns tópicos importantes a serem considerados a partir dos relatos e análises realizadas. Nosso propósito é fomentar abertura e maior diálogo, como possibilidade de construção de novos caminhos para o exercício de nossa prática profissional.

- As expressões da masculinidade são construídas na e pela história.
- Homens são condenados e castrados desde seu nascimento a seguir a ordem patriarcal, racista e homofóbica.
- Racismo, machismo e LGBTQIA+fobia são questões que precisam fazer parte de nossas pautas e que são construídas socialmente para excluir corpos que diferem da ordem dominante: branco, heterossexual, burguês.
- A subjetividade humana está sempre em construção, portanto, integra a identidade do homem, se expressa conforme o contexto, o lugar que este corpo castrado ocupa nas relações sociais.
- Homens são parceiros de todas as pessoas no combate ao racismo, sexismo e homofobia. Eles precisam desaprender a ser carrascos e violentos.
- O Serviço Social necessita rever sua grade curricular para impulsionar discussões complexas, subjetivas da ordem do desejo, da identidade e das emoções.
- Os profissionais do serviço social devem incentivar cada vez mais o debate antirracista, antimachista, antifascista e antilgbtqia+fóbico;
- É necessária a ampliação dos conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos no Serviço Social para compreensão das complexidades da vida humana.
- O trabalho interdisciplinar deve ser pauta de discussões numa perspectiva de aproximação e construção metodológica para a construção de novas formas de ações partilhadas com os profissionais de diferentes áreas do conhecimento, superando disputas e concorrências.
- Confrontar ideais e propor diálogo não é ecletismo. É exercício legal no campo do debate de ideias, especialmente do conhecimento contra a ordem limitante de compreensão da sociedade, do sujeito e das relações.
- Homens precisam ser cuidados e responsabilizados por qualquer ato violento que oprima ou castre outros corpos. Necessitam de orientação para se tornarem parceiros de luta.
- Buscar um plano de trabalho emancipatório requer compreender os espaços institucionais, os dispositivos de poder e de controle que seguem uma lógica de castração de corpos e histórias.

“O assistente social precisa aprender a trabalhar com pessoas que pensam diferente, com diferentes ideias, mantendo uma ética do debate e da compreensão.” (cf. Morin, 1998 e Rodrigues, 2002).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. *Cresce total de negros em universidades, mas acesso é desigual*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>. Acesso em: 20 jan. 2022

ANDERSEN, Tom. *Processos Reflexivos*. Tradução: Rosa Maria Bergalho. Rio de Janeiro. Instituto Noos. ITF, 2002. 2ª Edição.

CÂMARA, Rosana Hoffman. *Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações*. Revista Institucional de Psicologia, 6 (2), p.179-191, jul./dez. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros*. Brasília, 2018. Caderno Online. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a18da313c6fdcb6f364789672b64fcef_c948e694435a52768cbc00bda11979a3.pdf. Acesso em: 18 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Pesquisa sobre negros e negras no poder judiciário*. Brasília, 2021. Caderno Online. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/rela-negros-negras-no-poder-judiciario-150921.pdf>. Acesso em 18 dez. 2021.

DA SILVA, Eugênio Alves. *As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais*. Revista Angolana de Sociologia (RAS). Volume 12, p.77-99, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/740#tocto2n1>. Acesso em: 05 mai. 2021.

DANTAS, José Lucena. *Perspectivas do Funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social*. In. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Caderno ABESS, n. 04, Cortez, P. 37-63, Cortez: São Paulo, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Profissão e Ciência: Desafios da Poética*. IN O Ensino Superior e a Formação Docente em Serviço Social. Maria Lucia Rodrigues (org.). 1 ed. P. 77-88 – Curitiba: Appris, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Marcel de Almeida. *A Masculinidade Hegemônica na Cultura Brasileira*. Revista de Psicologia. Fortaleza, volume 20(1), p. 28-41, jan./jun. 2002.

GONDIM, Jorge Vinícios Silva; BEZERRA, Josinete de Carvalho; COSTA, Rafaela Ribeiro Saraiva da. *Positivismo, fenomenologia e serviço social: crítica as expressões contemporâneas do conservadorismo*. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, 2018.

GUEDES, Olegna de Souza. *A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: uma influência neotomista*. Serviço Social em Revista. Volume 4. Número 1. Jul/Dez 2001. Londrina, 2003. P. 07-26. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, volume 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: notas técnicas*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dados do município de Campinas-SP*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

KAHR, Brett. *O sexo e a psiquê*. Tradução: Lourdes Sette – Rio de Janeiro, 2009.

Lessard-Hérbert, M., Goyette, G., Boutin, G. *Investigação Qualitativa – fundamentos e práticas*. Col. Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa, 2010.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Pioneiras no Serviço Social: Uma releitura na perspectiva do gênero*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498841757_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFG-\(Lole,Almeida,Freitas\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498841757_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFG-(Lole,Almeida,Freitas).pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). et al. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ, 2006.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Série Cadernos da Diversidade. Ed. 3. Ver. E ampl.; 2. Reimp. – Belo Horizonte. Editora Autêntica: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. *A cabeça bem-feita – repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

_____. *A ética do sujeito responsável*. In *Ética, Solidariedade e Complexidade*. Palas Athena, São Paulo, 1998.

_____. *A religação dos saberes – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, mestre do cuidado: Textos sobre a Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo. Edições Loyola. 1º Ed. 2011. Ed. Revisitada 2021.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte. Editora: UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ. 2004. 347p.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M.M.C (Orgs.). *Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília. Editora: Líber Livro, volume 14 série pesquisa, 2006. 176p.

RODRIGUES, Maria Lucia (Org.). *Ações e interlocuções: estudos sobre a prática profissional do assistente social*. 2.ed.corr. São Paulo. Editora: Veras, série núcleos de pesquisa 2, 1999.

RODRIGUES, Maria Lucia. *Metodologias de Pesquisa*, material em power point, acervo particular, produzido em 2020.

RODRIGUES, Maria Lucia. *Horizontes do Educador*. Revista Margem, No. 15, educa/PUC-SP, junho de 2002.

RODRIGUES, Maria Lucia. *Dificuldades para a Formação Interdisciplinar e Transdisciplinar em Serviço Social*. IN O Ensino Superior e a Formação Docente em Serviço Social. Maria Lucia Rodrigues (org.). 1 ed. P. 43-63 – Curitiba: Appris, 2019.

PAULINO, Sandra Eloíza. *Serviço Social e o atendimento socio individual*. IN. *Serviço Social e sua reconstrução técnico-operativa*. RODRIGUES, Maria Lucia (Org.). São Paulo. Editora EDUC. FAPESP, 2016

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. *A influencia norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos*. Revista Serviço Social em Debate, v. 2, n. 1, 2019, p. 94-111.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Relatório de Gestão*. Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/relatorio-gestao-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e Relatório Anual de Gestão 3º RDQA RAG 2020*. Secretaria Municipal de Saúde, 2021. Disponível em: https://saude.campinas.sp.gov.br/rel_gestao/2020/RDQA_3o_quadrimestre_2020/RDQA_2020_3o_Quadrimestre.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022

SAFFIOTI, Heleith. *O Poder do Macho*. São Paulo. Editora moderna, 1987.

SAFATLE, Vladimir. JUNIOR, Nelson da Silva, DUNKER, Cristian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHEFFER, Mário (Coord.). *Demografia Médica no Brasil*. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP; Conselho Federal de Medicina, 2020. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020_9DEZ.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a Teoria Queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós seculares*. Tradução Heci Regina Candiani. Ed. 1.reimp. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. *Formação em Serviço Social: Ausências e Presenças*. IN O Ensino Superior e a Formação Docente em Serviço Social. Maria Lucia Rodrigues (org.). 1 ed. P. 13-28 – Curitiba: Appris, 2019.

VIDARTE, Paco. *Ética Bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ* / Paco Vidarte traduzido por Maria Selenir Nunes dos Santos, Pablo Cardellino Soto. - São Paulo: n-1 edições, 2019.